



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**CONTRIBUTO DAS MICRO, PME E GRANDES EMPRESAS
PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DA
GUINÉ-BISSAU**

Leandro Té

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

Nome(s) do(s) Orientador(es)

Professora Doutora Ana Sofia Cardim Barata

Professora Doutora Jessica Patrícia Miranda Ferreira

Bragança, outubro de 2023.



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**CONTRIBUTO DAS MICRO, PME E GRANDES EMPRESAS
PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DA
GUINÉ-BISSAU**

Leandro Té

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

Professora Doutora Ana Sofia Cardim Barata

Professora Doutora Jessica Patrícia Miranda Ferreira

Bragança, outubro de 2023.

Resumo

A região de África Ocidental é caracterizada pela sua riqueza natural, cultural e religiosa, contudo é constantemente abalada pela sua instabilidade política. A Guiné-Bissau, país situado na costa ocidental da África, com uma população estimada de 1,8 milhão de pessoas, possui um dos Produto Interno Bruto (PIB) per capita mais baixos do mundo (Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas [ANEME] & Associação Industrial do Distrito de Aveiro [AIDA], 2018). As contribuições das Micro, Pequenas e Médias empresas (PME) e Grandes empresas para a economia do país focam-se, essencialmente, nos impostos pagos, que permitem ao Governo arrecadar as suas receitas. Com vista ao cumprimento da sua missão de colocar em funcionamento o aparelho de Estado, pagar os salários e de realizar os investimentos, as empresas, no âmbito das suas atividades operacionais, nos mais diversos setores de atividade, geram receitas e empregos, aportando, também desta forma, um grande contributo para a economia nacional e para a sociedade. Assim, no âmbito do desenvolvimento da dissertação do Mestrado em Gestão das Organizações, ramo de Gestão de Empresas, procurou-se conhecer a contribuição das micro, PME e grandes empresas para o desenvolvimento económico e social da região de Guiné-Bissau. Com o objetivo de analisar de que forma as micro, PME e grandes empresas contribuem economicamente para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, este estudo procura conhecer o peso dos impostos pagos pelas empresas, através de informação recolhida mediante diversos contactos ao Ministério das Finanças, à Direção Geral de Contribuição e Impostos, à Direção de Serviços de Pequenas e Médias Empresas e à Direção de Serviços de Grandes Empresas e coordenação dos Bairros Fiscais, entidades oficiais que regulamentam e gerem estas matérias na Guiné-Bissau. A metodologia de investigação destaca, num primeiro momento, o enquadramento teórico, sustentando o estudo pela revisão da literatura, e seguidamente, o desenvolvimento da análise dos valores correspondentes aos impostos pagos pelas empresas, que procuram compreender o seu peso para o orçamento geral de Estado e analisar, por setor de atividade, o PIB de Guiné-Bissau. O objetivo geral centra-se na análise de como as micro, PME e grandes empresas contribuem, economicamente, para o desenvolvimento da Guiné-Bissau nos últimos cinco anos (2018-2022). Para dar seguimento a este objetivo recorre-se a uma metodologia eminentemente qualitativa, com recurso à realização de entrevistas e à análise documental. Espera-se através desta investigação dar um contributo para o conhecimento do desenvolvimento económico da Guiné-Bissau, particularmente, através da análise do impacto das empresas para o orçamento de Estado.

Palavras-chave: Micro, PME, Grandes Empresas, Impostos, Orçamento.

Abstract

The West African region is characterised by its natural, cultural, and religious richness, yet its political instability constantly shakes it. Guinea-Bissau, a country located on the west coast of Africa, with an estimated population of 1.8 million people, has one of the lowest Gross Domestic Product (GDP) per capita in the world (National Association of Metallurgical and Electromechanical Enterprises [ANEME] & Industrial Association of the District of Aveiro [AIDA], 2018). The contributions of Micro, Small and Medium Enterprises (SMEs) and Large Enterprises to the country's economy focus essentially on the taxes paid, which allow the Government to collect its revenue. To fulfil their mission of putting the State apparatus into operation, paying salaries, and making investments, companies, within the scope of their operational activities, in the most diverse sectors of activity, generate revenue and employment, contributing, in this way, a great contribution to the national economy and society. Thus, within the scope of developing the dissertation of the master's in management of Organizations, Business Management branch, it sought to know the contribution of micro, SMEs and large companies to the economic and social development of the region of Guinea-Bissau. To analyse how micro, SMEs and large companies contribute economically to the development of Guinea-Bissau, this study seeks to know the weight of taxes paid by companies through information collected through various contacts with the Ministry of Finance, the Directorate General of Contribution and Taxes, the Directorate of Services for Small and Medium Enterprises and the Directorate of Services for Large Enterprises and coordination of tax districts, official entities that regulate and manage these matters in Guinea-Bissau. The research methodology highlights, firstly, the theoretical framework, sustaining the study by literature review, and then, the development of the analysis of the values corresponding to the taxes paid by companies, which seek to understand their weight for the general state budget and analyse, by activity sector, the GDP of Guinea-Bissau. The general objective focuses on analysing how micro, SMEs and large companies have contributed economically to the development of Guinea-Bissau in the last five years (2018-2022). An eminently qualitative methodology is used to achieve this objective, with recourse to interviews and documentary analysis. This research is expected to contribute to the knowledge of the economic development of Guinea-Bissau, particularly through the analysis of the impact of the companies on the State budget.

Keywords: Micro, SME, Large companies, Tax, Budget.

Lista de Siglas e Acrónimos

AICS - Agência Italiana de Cooperação para Desenvolvimento

CCIAS - Câmara de Comércio Indústria Agricultura e Serviços

CEI - Conferência dos Bispos Italiana

CENTIF - Célula Nacional de Tratamento das Informações Financeiras

CFE - Centro de Formalização de Empresa

CIFAP - Centro de Instrução e Formação Profissional

CNPE - Comité Nacional de Política Económica

DCSI- Direção de Coordenação dos Serviços Informáticos

DGA - Direção Geral das Alfândegas

DGCF - Direção Geral de Controlo Financeiro

DGCI - Direção Geral de Contribuição e Impostos

DGCP - Direção Geral de Concursos Públicos

DGO – Direção Geral do Orçamento

DGPEE - Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos

DGSAFS - Direção Geral da Supervisão de Atividades Financeiras e Seguros

DGT - Direção Geral do Tesouro

ENGIM - Ente Nazionale dei Giuseppini del Murialdo

FCFA - Franco da Comunidade Financeira Africana

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

GMG - Gabinete de Membro do Governo

GSE- Gabinete de Secretário de Estado

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-D - Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

IGF – Inspeção Geral das Finanças

ILO - International labour Organisation

IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

MF - Ministério das Finanças

OE – Objetivo Específico

OGE – Orçamento Geral de Estado

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PROTEJA - Projet Pour Le Travail Et L'emploi Des Jeunes Africains

SA – Sociedade Anónima

SAB - Setor Autónomo de Bissau

SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

SAS - Sociedade por Ações Simplificada

SECG - Secretaria-Geral

SEOAF – Secretaria do Estado de Orçamento e assuntos Fiscais

SET – Secretaria do Estado do Tesouro

SNPE - Secretariado Nacional de Património de Estado

SISCOA - Sistema Contabilístico Oeste Africano

SISCOHADA - Sistema Contabilístico da Organização para Harmonização em Africa dos Direitos de Negócios

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UAC – Universidade Amílcar Cabral

UEMOA - União Económica Monetária Oeste Africana

US\$ - United States dollars (dólares norte-americanos)

ZEE - Zona Económica Exclusiva

Índice Geral

Índice Geral	vii
Índice de Figuras	ix
Índice de Tabelas	x
Introdução.....	1
1. Enquadramento teórico	3
1.1. Caraterização do território	3
1.2. Caraterização da atividade económica	5
1.2.1. Contributos da indústria para a economia da Guiné-Bissau.....	6
1.2.2. Contributos do turismo para a economia da Guiné-Bissau.....	8
1.3. Caraterização da estrutura empresarial	9
1.4. Empreendedorismo e iniciativas empreendedoras na Guiné-Bissau	14
1.4.1. A formalização da empresa na Guiné-Bissau	14
1.4.2. Iniciativas empreendedoras/ promotoras de empreendedorismo na Guiné-Bissau	15
1.5. Organização e gestão tributária	16
1.5.1. Organização tributária	16
1.5.2. Gestão tributária	20
2. Metodologia de investigação.....	21
2.1. Questão e objetivos da investigação.....	21
2.2. População e amostra.....	22
2.3. Instrumentos de recolha de dados	23
3. Análise de dados e resultados	26
3.1. Tratamento dos dados sobre o pagamento dos impostos das empresas	26
3.2. Síntese conclusiva das entrevistas	30
3.3. Análise de Indicadores	31
3.4. Síntese conclusiva dos indicadores	43
Discussão dos resultados	46
Conclusões.....	49
Limitações do estudo e recomendações para futuras investigações	51
Referências	53

Apêndices.....	55
Apêndice 1 Guião das entrevistas.....	55

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa das "Duas Áfricas".	4
Figura 2: Evolução do PIB a preços correntes, em mil milhões de US\$ de 2010, entre 2018 e 2022.	32
Figura 3: Evolução do PIB per Capita, a preços correntes em US\$ de 2010, entre 2018 e 2022. .	33
Figura 4: Evolução da taxa de desemprego, em %, entre 2018 e 2020.....	34
Figura 5: Evolução da taxa de inflação, em %, entre 2018 e 2022.	35
Figura 6: Evolução da população (em número de habitantes) e da sua taxa de crescimento (em %), entre 2018 e 2022.	36
Figura 7: Migração líquida (imigração – emigração), entre 2018 e 2022.	37
Figura 8: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, entre 2018 e 2022.....	38
Figura 9: Evolução do Índice de Gini, entre 2018 e 2022.	39
Figura 10: Evolução das pessoas que utilizam saneamento adequado (em % da população total), entre 2018 e 2022.	40
Figura 11: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, entre 2018 e 2021.....	42
Figura 12: Evolução de indivíduos que utilizam a Internet (em % da população total), entre 2018 e 2021.....	43

Índice de Tabelas

Tabela 1: Número de Empresas existentes entre 2011-2022.	10
Tabela 2: Número de empresas por áreas de atividade.	11
Tabela 3: Origem dos Empreendedores.	12
Tabela 4: Sexo dos Empreendedores.	13
Tabela 5: Resumo do sistema de tributação da Guiné-Bissau.	20
Tabela 6: Contextualização da metodologia de investigação.	23
Tabela 7: Entidades e caracterização dos participantes nas entrevistas.	25

Introdução

A Guiné-Bissau é um país predominantemente rural, onde a agricultura, a silvicultura, as pescas e a pecuária representaram 49.1% do PIB em 2013. Este setor, que emprega 72.4% da força de trabalho, está pouco desenvolvido e baseia-se principalmente em tecnologias rudimentares estando nas últimas posições do Relatório Doing Business da edição de 2020, do Banco Mundial (174ª posição entre 189 países) (World Bank Group, 2021).

Assim, de acordo com o anteprojeto de Revisão do Código de Investimento de Guiné-Bissau, qualquer empresa cujo programa de investimento for em um montante igual ou superior a 5.000.000,00 de francos da Comunidade Africana Financeira (FCFA) e não superior a 50.000.000,00 de FCFA, é considerada como pequena e média empresa. O número de empregos permanentes deve situar-se entre 3 (três) e 50 (cinquenta), e a empresa deve organizar e manter a contabilidade em conformidade com o Sistema Contabilístico Oeste Africano (SISCOA) e/ou o Sistema Contabilístico da Organização para a Harmonização em África do Direito de Negócios (SISCOHADA) (Vamain & Só, 2005).

Posto isto, de uma maneira geral, as organizações que prestam serviços a empresas são limitadas devido ao tamanho do mercado e da economia informal, que está estimada em mais de 70% do PIB. O setor privado na Guiné-Bissau é constituído principalmente por micro e pequenas empresas do setor informal, que enfrentam várias barreiras. Além das barreiras regulamentares, como destaca o relatório *Doing Business*, há restrições relacionadas com a qualidade da mão de obra (nomeadamente a educação e a formação), e com a capacidade de gestão (Vamain & Só, 2005).

Assim sendo, decidiu-se escolher o tema: contributo das micro, PME e grandes empresas para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau, como forma de estudar o quão é importante um setor empresarial muito forte num país, pois com os seus impostos pagas ajuda o governo a honrar as suas obrigações e com os empregos diretos gerado a população.

Como tal, a metodologia de investigação destaca, num primeiro momento, o enquadramento teórico, sustentando o estudo pela revisão da literatura, e seguidamente, o desenvolvimento da análise dos valores correspondentes aos impostos pagos pelas empresas, que procuram compreender o seu peso para o orçamento geral de Estado e analisar, por setor de atividade, o PIB de Guiné-Bissau. O objetivo geral concentra-se na análise de como as micro, PME e grandes empresas contribuem, economicamente, para desenvolvimento da Guiné-Bissau no período dos últimos 5 anos (2018-2022).

1. Enquadramento teórico

1.1. Caracterização do território

África é um continente que está localizado na zona intertropical, onde a maior parte do seu território se encontra no hemisfério sul. É o segundo maior continente em área e população do mundo, atrás apenas da Ásia. É composta por 54 países e uma população estimada em mais de 1,3 bilhão de pessoas. África é um continente diverso em termos de geografia, cultura, línguas e etnias. Existem muitos idiomas diferentes falados no continente, sendo o árabe, o *swahili*, o amárico, o *hausa* e o *yoruba* alguns dos mais comuns. A religião também é diversa, com cristianismo, islamismo, hinduísmo, animismo e outras crenças sendo praticadas em diferentes regiões (Vasco, 2022; Okpaleke, 2022).

Com uma extensão de cerca de 30 milhões de km² detém cerca de 17% da população mundial, assim leva a ser o terceiro continente com maior número de população no mundo. A população

dos países do continente africanos é, maioritariamente jovem e se encontra num ritmo muito acelerado de crescimento (Barros-Varela, 2022).

O continente africano tem duas regionalizações, chamado de "Duas Áfricas". O termo "As Duas Áfricas" é frequentemente usado para descrever a divisão socioeconômica e política entre a África Subsaariana e a África do Norte. A África Subsaariana refere-se aos países localizados ao sul do deserto do Saara, enquanto a África do Norte é composta por países localizados ao norte do Saara, como se ilustra na Figura 1.



Figura 1: Mapa das "Duas Áfricas".
Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/africa-2.htm>.

África do Norte que também é chamado de África Setentrional ou Islâmica e África Subsaariana que tem limitação ao sul pelo Deserto de Saara e banhado ao norte pelo mar mediterrâneo, consistindo na maior parcela do continente juntando assim 47 países. A segunda regionalização do continente, foi instituída pela Organizações das Nações Unidas (ONU), que dividiu o continente em 5 regiões África Setentrional, África Ocidental; África Central; África Oriental e África Meridional. A região de África Ocidental que encontra se entre deserto de Saara e Golfo de Guiné, é formado pelos 16 países africanos incluindo a Guiné-Bissau (Manhique et al., 2019).

Essa divisão geográfica é importante, pois as duas regiões têm características socioeconômicas e políticas muito diferentes. A África Subsaariana é caracterizada por ser uma das regiões mais pobres do mundo, com altas taxas de pobreza, desigualdade e subdesenvolvimento. A maioria dos

países da região enfrenta desafios significativos em relação à saúde, educação, infraestrutura e acesso aos serviços básicos. Por outro lado, a África do Norte tem uma economia mais desenvolvida, com uma história rica e complexa que remonta a civilizações antigas, como o Egito Antigo. A região é caracterizada por uma maior estabilidade política e institucional, embora também tenha enfrentado desafios significativos em relação à governança e direitos humanos.

Concretamente, a Guiné-Bissau é um pequeno país localizado na costa oeste da África, limitado ao norte e leste pelo Senegal e ao sul e oeste pela Guiné. A sua capital é Bissau e o país possui uma área de aproximadamente 36.125 km². De acordo com dados do Banco Mundial, a população do país era de cerca de 1,9 milhão de pessoas em 2021. A Guiné-Bissau é um país multilíngue e multicultural, com mais de 20 línguas faladas. O português é a língua oficial, enquanto o crioulo guineense é amplamente falado. A maioria da população pratica religiões tradicionais africanas, enquanto o islamismo e o cristianismo são minoritários (Teixeira, 2022).

Apesar de diversos desafios, a Guiné-Bissau é um país com uma rica cultura e história, com uma música e dança vibrantes e uma culinária saborosa. A música e a dança tradicionais guineenses incluem ritmos como o *gumbe* e o *kussundé*. A culinária guineense é conhecida por pratos como o caldo de peixe, o arroz de *jollof* e o frango *yassa*. O país é composto por oito regiões mais setor autónomo de Bissau, acima do nível do mar se encontra com uma altitude que atinge máxima os 300 metros. Adquiriu a independência política em 24 Setembro de 1973. A Guiné-Bissau, no período pós-independência iniciou o processo de transformações socioeconómicas profundas a finalidade de eliminar e não só os traços do colonialismo, mas também para provocar o desenvolvimento das forças produtivas, crescimento económico e o progresso social. Na primeira década após independência a expansão e a diversificação dos cultivos agrícolas, estavam no centro de atenção das políticas de desenvolvimento, que resultou numa maior participação do setor primário na composição do PIB – 50% em 1980 (Cateia et al., 2018).

1.2. Caracterização da atividade económica

O País está entre os que possui nível de desenvolvimento mais baixo do mundo, e com pouca diversificação na estrutura produtiva, sendo profundamente dependente de alguns produtos em exclusivo. De maneira que a sua procura pode ser fortemente comprometida pelas colisões externas, transportando assim as consequências para toda economia do país (Cateia et al., 2018).

A Guiné-Bissau possui recursos naturais muito extensos, que começa desde agricultura, pesca aos recursos hídricos e minerais, e conta com um alto potencial económico do seu património florestal e ambiental. Desta região destaca-se uma paisagem generosa, que oferece uma gama de oportunidades na área de turismo com a riqueza histórica, diversidade cultural e etnográfica. Porém, o clima político instável, e a sua administração pública pouco qualificada, fazem com que o desenvolvimento económico e social não consiga ser sólido e sustentável (Aneme & Aida, 2018).

A economia da Guiné-Bissau é baseada principalmente na agricultura, com o cultivo de amendoim, arroz, milho e castanha de caju sendo as principais atividades agrícolas. De acordo com dados do

Banco Mundial, a agricultura representa cerca de 52% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O país também possui recursos naturais, como bauxita e petróleo, mas a exploração desses recursos tem sido limitada devido à instabilidade política e à falta de investimentos (Djú et al., 2021).

A economia guineense enfrenta um enorme desafio de luta contra fuga ao fisco e às questões aduaneiras, que são muito perentórias para coletar a receita fiscal de estado e de mesmo modo condicionante operacional acentuada para as empresas internacionalmente operam em comércio. A Guiné-Bissau enfrenta desafios políticos e institucionais desde sua independência, incluindo vários golpes de estado e conflitos internos. A instabilidade política tem sido uma barreira significativa para o desenvolvimento do país e para a implementação de políticas públicas efetivas. A corrupção também é um problema sério na Guiné-Bissau. Tem como os desafios da concorrência que requer o incentivo de investimento privado como fortalecimento dos serviços públicos básicos nas áreas sociais como educação e saúde, energia, transportes e comunicação, infraestrutura básica da água, saneamento e essencialmente, pelo relançamento dos setores públicos (Aneme & Aida, 2018).

Com o aumento da segurança e melhoria no acesso aos meios de produção, o setor agrícola continua a crescer, o que até 2018 representou cerca de 45% do PIB guineense. Por outro lado, o crescimento de indústria transformadora foi impedido pelas falhas no fornecimento de energia, que se ligou a infraestrutura antiquadas. Ainda assim o país continua em grande parte por explorar o seu potencial mineral, mas o esforço para aumentar o valor agregado do produto agrário só deverá ter resultados a longo prazo (Aneme & Aida, 2018).

1.2.1. Contributos da indústria para a economia da Guiné-Bissau

A indústria ainda é pouco desenvolvida na Guiné-Bissau, representando apenas cerca de 14% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, de acordo com dados do Banco Mundial. No entanto, existem algumas indústrias importantes que contribuem para a economia do país. A Guiné-Bissau, em toda a sua área terrestre a parte agrícola corresponde cerca de 45%. O produto agrário mais importante é o caju, que para económica do país desempenha um papel decisivo, que nessa área de cultivo ocupa cerca de 50%. A exportação de castanha de caju ajuda a Guiné-Bissau arrecadar mais de 90% das receitas de exportação durante vários anos (Cateia et al., 2018; Lema et al., 2022).

Dados de 2018 mostram que, no mercado mundial de castanha de caju, a Guiné-Bissau exerceu uma função importante, com um crescimento de 5% em 1986, para 12% em 2011 da parcela no comércio, neste último ano, ficando como segundo maior exportador mundial, com a receita de US\$ 203.750 milhões, atrás da Costa de Marfim, que arrecadou os US\$263.592 milhões. Na medida que o país cresce, quer em termos de produção como no comércio, que no aumento da dependência interna em função das atividades inerentes a exportação de castanha de caju (Cateia et al., 2018).

O arroz desempenha um papel muito importante sendo a base da dieta alimentar. Mas, a procura caseira pelo arroz cerca de 40% é atendida por importações. O país tem umas florestas com potencial de produção de madeira e traduzem uma chance significativa para o mesmo, a madeira é

dos produtos bastante valorizado no estrangeiro e uma importante fonte de recursos e ganhos. O setor das florestas para a subsistência e biodiversidade locais representa um papel de importância crítica. Os últimos dados disponíveis assinalam para um peso no PIB nacional relativo de 43,9% do setor agrícola com a perspetiva de crescimento do setor de uma taxa de 3,3%. Por seu turno, com uma população rural estimada em cerca de 944 mil e deste número cerca de 550 mil são consideradas economicamente ativos, que representa 78,07% da população ativa total (Aneme & Aida, 2018).

A Guiné-Bissau tem uma linha de costa que é cruzada pelos vários estuários e rios. É estendida a Zona Económica Exclusiva (ZEE) pelos arquipélagos de Bijagós. O país só tem um único porto internacional, gerido pela entidade governamental da Administração dos Portos da Guiné-Bissau, responsável por 85% das exportações e 90% de importações. Pela quantidade e diversidade de espécie de peixes faz com que as águas de pesca da Guiné-Bissau torna-se muito rica. A maximização dos benefícios resultantes de exploração dos recursos do mar, para regular abastecimento interno assim como para exportação é o objetivo da política de setor de pesca desde 2015 (Aneme & Aida, 2018).

De um modo geral, a Guiné-Bissau ainda se encontra bastante fraca em termos da integração em cadeias de valor globais e estruturalmente atrasada a sua organização industrial e comercial. É precária a indústria transformadora que é formada fundamentalmente por bens de consumo e alimentares e que muito pouco tem contribuído para a criação de valor agregado, e por produtos frutos da transformação de madeira. Outro sim, o setor industrial traduz apenas uma parte pequena da exportação do país (menos de 5% do total de exportação). Cerca de 13% de PIB que setor representa (Aneme & Aida, 2018).

As pequenas pedreiras para produção de materiais de construção são únicas indústrias extrativas em funcionamento na Guiné-Bissau, que produzem areia, barro, granito e calcário, apesar de possuir uma mina relativamente pequena de areia minerais nas zonas de varela, no nordeste do país, que quase entrava em produção. O país é conhecido por ter várias riquezas minerais, ainda por explorar desde reservas crescidas de fosfatos e bauxite.

A Guiné-Bissau tem dado concessões para prospeção de petróleo desde período após independência nos seus blocos livres em offshore. No país continua a ser prioridade ações de fomento geológicas e exploração sob forma de ampliar o seu conhecimento sobre a potencialidade mineira que detêm. O governo da Guiné-Bissau assinou o acordo para exploração de bauxita em 2008, incluindo assim, a construção do porto nas águas profundas de Buba para transporte do mesmo. Em 2009 o governo atribuiu a licença de mineração que permitiu dar início aos trabalhos de pesquisa para exploração de fosfato em Farim (Aneme & Aida, 2018).

Embora o turismo ainda seja uma indústria em desenvolvimento na Guiné-Bissau, o país possui belezas naturais, como praias, ilhas e reservas naturais, que atraem turistas. O turismo tem o potencial de ser uma importante fonte de renda e emprego para o país (Embaló et al., 2020).

1.2.2. Contributos do turismo para a economia da Guiné-Bissau

O turismo ainda é uma indústria em desenvolvimento na Guiné-Bissau, mas tem o potencial de contribuir significativamente para a economia do país. A Guiné-Bissau tem investido consideravelmente na conservação da sua biodiversidade e também nos seus ecossistemas ao longo dos últimos anos. Reconhecimento da função fundamental que estas áreas cumprem para a base das atividades económicas regionais e locais e sustento das populações, outro sim, na elevada apoio para a diversidade ambiental em geral e para saúde. A Guiné-Bissau tem potencial de crescimento económico e de emprego, como efeito o turismo e ecoturismo. Os recursos naturais e ativos culturais disponíveis na Guiné-Bissau, são a vantagem do país referente a turismo (Aneme & Aida, 2018).

Algumas fontes apontam para os seguintes contributos do turismo para a economia da Guiné-Bissau: Geração de empregos - O turismo tem o potencial de gerar empregos para a população local em áreas como hospedagem, alimentação, transporte e atividades turísticas. Segundo dados do Banco Mundial, o setor de turismo empregava cerca de 7,5% da força de trabalho da Guiné-Bissau em 2018; Aumento das receitas do governo - O turismo pode gerar receitas para o governo através de impostos, taxas e outras formas de cobrança. Isso pode ajudar a financiar serviços públicos e projetos de desenvolvimento; Desenvolvimento de infraestrutura - O desenvolvimento do turismo pode levar à construção de novas infraestruturas, como hotéis, aeroportos, estradas e outras facilidades que podem beneficiar a população local; Promoção da cultura e património - O turismo pode ajudar a promover a cultura e património da Guiné-Bissau, atraindo visitantes interessados em conhecer a história, arte e tradições do país (Junior et al., 2022).

O país dispõe de fortes recursos culturais designadamente a diversidade cultural e a hospitalidade da população que se pode combinar com a biodiversidade e característica do país para proporcionar uma única oferta turística. A experiência turística é enriquecida pelos seguintes fatores, festivais culturais, diversa e atraente culinária, artesanato assim como danças e músicas tradicionais. Na Guiné-Bissau o turismo tem vindo a ganhar uma crescente importância, o país está consciente das condições naturais favoráveis que apresenta e das potencialidades importantes para atrair o maior número de investidores nacionais e internacionais, que venham construir as infraestruturas e serviços que obedeçam de forma adequada as indústrias turísticas internacionais no seu mais alto nível. As duas das grandes atrações da Guiné-Bissau são a pesca e a caça.

O principal destino turístico na Guiné-Bissau são os bijagós que também são considera como ex-libris do turismo do país. São 88 ilhas e ilhéus que compõem o arquipélago, com destaque a Bubaque, Rubane e Maio como sendo as mais conhecidas. Também um dos pontos de passagem turística muito comum devido a calma das águas e livre de poluição. São arquipélagos formados pelas ilhas de Formosa e Galinha, no seu habitat povoa-se peixes e mariscos, que se distingue por ser um dos lugares mais bonitos do continente africano. Entre Bissau e Bubaque tem uma travessia que é um dos pontos com mais atratividade em termos turísticos (Aneme & Aida, 2018).

1.3. Caracterização da estrutura empresarial

De seguida apresenta-se a caracterização da estrutura empresarial da economia da Guiné-Bissau. A estrutura empresarial de um país refere-se à organização e ao funcionamento das empresas que operam na economia desse mesmo país. Pretende-se com esta análise, descrever como as empresas estão distribuídas em termos de tamanho, setor de atividade e tipo de propriedade ou forma legal. A estrutura empresarial de um país tem um impacto significativo na economia, na sociedade e no ambiente de negócios.

O Código do Investimento da Guiné-Bissau é uma lei que foi aprovada pelo Parlamento guineense, a Lei n.º 13/2011. O Código do Investimento tem como objetivo promover e facilitar o investimento estrangeiro na Guiné-Bissau, visando o desenvolvimento económico do país. Este estabelece as regras e regulamentos relacionados ao investimento estrangeiro, bem como os direitos e benefícios concedidos aos investidores estrangeiros.

Algumas das principais áreas abordadas pelo Código do Investimento incluem: regime de investimento: define as condições para a realização de investimentos estrangeiros na Guiné-Bissau, incluindo os setores prioritários para o investimento; incentivos fiscais: estabelece os benefícios fiscais e incentivos concedidos aos investidores estrangeiros, como isenções fiscais, reduções de impostos ou outros benefícios específicos; proteção aos investidores: prevê medidas de proteção aos investidores estrangeiros, como garantias de não nacionalização ou expropriação injusta de investimentos, bem como mecanismos de resolução de disputas; repatriação de lucros e investimentos: estabelece as regras e procedimentos para a repatriação de lucros e investimentos realizados pelos investidores estrangeiros; licenciamento e procedimentos administrativos: define os requisitos e procedimentos para a obtenção de licenças e autorizações necessárias para realizar um investimento na Guiné-Bissau; e transferência de tecnologia: aborda as disposições relacionadas à transferência de tecnologia entre investidores estrangeiros e entidades guineenses (Vaz, 2022).

O CFE (Centro de Formalização de Empresa) é responsável por centralizar os serviços relacionados à criação de empresas em um único local, com o objetivo de simplificar os procedimentos e reduzir a burocracia. Essa iniciativa visa atrair investimentos, fomentar o empreendedorismo e promover o desenvolvimento económico do país. No CFE, os empreendedores podem obter informações, orientações e realizar os trâmites necessários para criar uma empresa de forma mais eficiente. Isso inclui o registo empresarial, a obtenção de licenças e autorizações, a inscrição fiscal e outras formalidades exigidas. Ao utilizar o guichê único do CFE, os empreendedores evitam ter de lidar com múltiplas entidades governamentais e agilizam o processo de criação da empresa, reduzindo o tempo e os custos envolvidos.

Na Guiné-Bissau antes da criação do guichê único, foram criadas na Conservatória de registo predial, automóvel e comercial 1.780 empresas. Após a criação do CFE entre 2011 e 2022 foram criadas 5.710 empresas, o que totalizam 7.490 empresas já criadas na Guiné-Bissau até 2022 (como se verifica na Tabela 1).

Tabela 1: Número de Empresas existentes entre 2011-2022.

Anos	Empresas		S.A.*		S.A.R.L.*		S.A.S*	
	n	n	%	n	%	n	%	
2011	278	16	5,8	262	94,2	0	-	
2012	345	35	10,1	310	89,9	0	-	
2013	413	37	9,0	376	91,0	0	-	
2014	441	61	13,8	380	86,2	0	-	
2015	562	59	10,5	503	89,5	0	-	
2016	639	47	7,4	592	92,6	0	-	
2017	692	30	4,3	662	95,7	0	-	
2018	445	35	7,9	408	91,7	2	0,4	
2019	324	17	5,2	304	93,8	3	0,9	
2020	405	37	9,1	368	90,9	0	-	
2021	636	39	6,1	594	93,4	3	0,5	
2022	530	45	8,5	482	90,9	3	0,6	
Total	5710	458	-	5241	-	11	-	

* S.A = Sociedade Anónima; S.A.R.L = Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada; S.A.S = Sociedade por Ações Simplificada.

Fonte: CFE.

Desde a fundação do CFE em 2011 até o ano de 2022, foram criadas empresas em diferentes categorias anualmente. Em 2011, foram criadas 16 empresas da categoria Sociedade Anónima (S.A.), 262 empresas da categoria Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (S.A.R.L.) e nenhuma empresa da categoria Sociedade Anónima por Ações Simplificadas (S.A.S.), totalizando 278 empresas. No ano seguinte, em 2012, surgiram 35 empresas S.A., 310 empresas S.A.R.L. e novamente nenhuma empresa S.A.S., totalizando 347 empresas. Em 2013, foram criadas 37 empresas S.A., 376 empresas S.A.R.L. e nenhuma empresa S.A.S., totalizando 413 empresas. No ano de 2014, foram estabelecidas 61 empresas S.A., 380 empresas S.A.R.L. e nenhuma empresa S.A.S., totalizando 441 empresas. Em 2015, foram fundadas 59 empresas S.A., 503 empresas S.A.R.L. e nenhuma empresa S.A.S., totalizando 562 empresas. No ano seguinte, em 2016, foram criadas 47 empresas S.A., 592 empresas S.A.R.L. e nenhuma empresa S.A.S., totalizando 639 empresas. Em 2017, houve o registo de 30 empresas S.A., 662 empresas S.A.R.L. e nenhuma empresa S.A.S., totalizando 692 empresas. Já em 2018, foram estabelecidas 35 empresas S.A., 408 empresas S.A.R.L. e 2 empresas S.A.S., totalizando 445 empresas. Em 2019, foram criadas 17 empresas S.A., 304 empresas S.A.R.L. e 3 empresas S.A.S., totalizando 324 empresas. Em 2020, foram fundadas 37 empresas S.A., 368 empresas S.A.R.L. e nenhuma empresa S.A.S., totalizando 405 empresas. No ano de 2021, foram estabelecidas 39 empresas S.A., 594 empresas S.A.R.L. e 3 empresas S.A.S., totalizando 636 empresas. Por fim, em 2022, surgiram 45 empresas S.A., 482 empresas S.A.R.L. e 3 empresas S.A.S., totalizando 530 empresas.

É importante destacar que, em comparação com os anos 2015, 2016 e 2017, os números de empresas criadas no CFE apresentaram uma diminuição nos anos de 2018, 2019 e 2020.

No CFE, existem diversas áreas de atividade nas quais as empresas estão envolvidas. Para uma melhor análise, a Tabela 2 expõem as empresas pelos setores do comércio, indústria e turismo.

Tabela 2: Número de empresas por áreas de atividade.

Ano	Comércio		Indústria		Turismo	
	n	%	n	%	n	%
2011	144	80,0	20	11,1	16	8,9
2012	246	86,9	26	9,2	11	3,9
2013	389	94,6	14	3,4	8	1,9
2014	463	90,4	32	6,3	17	3,3
2015	623	95,3	16	2,4	15	2,3
2016	682	95,3	25	3,5	9	1,3
2017	735	95,6	31	4,0	3	0,4
2018	538	94,6	28	4,9	3	0,5
2019	479	95,0	15	3,0	10	2,0
2020	480	96,6	13	2,6	4	0,8
2021	665	96,7	15	2,2	8	1,2
2022	609	92,4	40	6,1	10	1,5
Total	6053	-	275	-	114	-

Fonte: CFE.

O CFE licencia apenas três setores de atividade, sendo eles: Comércio, Indústria e Turismo. Apenas empresas pertencentes a esses setores são autorizadas a obter o alvará no CFE. A seguir estão os números de empresas licenciadas por cada setor de atividade no CFE ao longo dos anos. Em 2011, foram licenciadas 144 empresas no setor do comércio, 20 empresas no setor da indústria e 16 empresas no setor do turismo. Em 2012, foram licenciadas 246 empresas no setor do comércio, 26 empresas no setor da indústria e 11 empresas no setor do turismo. Em 2013, foram licenciadas 389 empresas no setor do comércio, 14 empresas no setor da indústria e 8 empresas no setor do turismo. Em 2014, foram licenciadas 463 empresas no setor do comércio, 32 empresas no setor da indústria e 17 empresas no setor do turismo. Em 2015, foram licenciadas 623 empresas no setor do comércio, 16 empresas no setor da indústria e 15 empresas no setor do turismo. Em 2016, foram licenciadas 682 empresas no setor do comércio, 25 empresas no setor da indústria e 9 empresas no setor do turismo. Em 2017, foram licenciadas 735 empresas no setor do comércio, 31 empresas no setor da indústria e 3 empresas no setor do turismo. Em 2018, foram licenciadas 538 empresas no setor do comércio, 28 empresas no setor da indústria e 3 empresas no setor do turismo. Em 2019, foram licenciadas 479 empresas no setor do comércio, 15 empresas no setor da indústria e 10 empresas no setor do turismo. Em 2020, foram licenciadas 480 empresas no setor do comércio, 13 empresas no setor da indústria e 4 empresas no setor do turismo. Em 2021, foram licenciadas 665 empresas no setor do comércio, 15 empresas no setor da indústria e 8 empresas no setor do turismo. Em 2022, foram licenciadas 609 empresas no setor do comércio, 40 empresas no setor da indústria e 10 empresas no setor do turismo.

Considerou-se pertinente analisar os empreendedores que criaram estas empresas, compreendendo a origem e o seu sexo (como se verifica na tabela 3 e 4).

Tabela 3: Origem dos Empreendedores.

Ano	Nacional		Estrangeira		Mista	
	n	%	n	%	n	%
2011	129	46,4	83	29,9	66	23,7
2012	163	47,2	99	28,7	83	24,1
2013	194	47,0	138	33,4	81	19,6
2014	217	49,2	139	31,5	85	19,3
2015	260	46,3	195	34,7	107	19,0
2016	353	55,2	166	26,0	120	18,8
2017	377	54,5	179	25,9	136	19,7
2018	208	46,7	150	33,7	87	19,6
2019	156	48,1	106	32,7	62	19,1
2020	234	57,8	114	28,1	57	14,1
2021	384	60,4	189	29,7	63	9,9
2022	282	53,2	125	23,6	123	23,2
Total	2957	-	1683	-	1070	-

Fonte: CFE.

No CFE, o número de empresas criadas é predominantemente de nacionalidade nacional, seguido pelas empresas criadas por estrangeiros e, por último, pelas empresas de capital misto. Concretamente, em 2011, foram criadas 129 empresas por nacionais, 83 empresas por estrangeiros e 66 empresas mistas, formadas por nacionais e estrangeiros. No ano seguinte, em 2012, surgiram 163 empresas por nacionais, 99 empresas por estrangeiros e 83 empresas mistas. Em 2013, foram criadas 194 empresas por nacionais, 138 empresas por estrangeiros e 81 empresas mistas. No ano de 2014, ocorreram 217 empresas por nacionais, 139 empresas por estrangeiros e 85 empresas mistas. Em 2015, foram estabelecidas 260 empresas por nacionais, 195 empresas por estrangeiros e 107 empresas mistas. No ano seguinte, em 2016, houve o registo de 353 empresas por nacionais, 166 empresas por estrangeiros e 120 empresas mistas. Em 2017, foram criadas 377 empresas por nacionais, 179 empresas por estrangeiros e 136 empresas mistas. Já em 2018, foram estabelecidas 208 empresas por nacionais, 150 empresas por estrangeiros e 87 empresas mistas. Em 2019, foram criadas 156 empresas por nacionais, 106 empresas por estrangeiros e 62 empresas mistas. Em 2020, ocorreram 234 empresas por nacionais, 114 empresas por estrangeiros e 57 empresas mistas. No ano de 2021, houve o registo de 384 empresas por nacionais, 189 empresas por estrangeiros e 63 empresas mistas. Por fim, em 2022, foram estabelecidas 282 empresas por nacionais, 125 empresas por estrangeiros e 123 empresas mistas.

Esses números revelam a predominância das empresas nacionais no CFE, embora também exista uma presença significativa de empresas estrangeiras e empresas com capital misto.

Tabela 4: Sexo dos Empreendedores.

Ano	Masculino		Feminino		Mista	
	n	%	n	%	n	%
2012	287	83,2	24	7,0	34	9,9
2013	355	86,0	20	4,8	38	9,2
2014	360	81,6	28	6,3	53	12,0
2015	467	83,1	33	5,9	62	11,0
2016	487	75,6	37	5,7	120	18,6
2017	553	79,9	36	5,2	103	14,9
2018	364	81,8	26	5,8	55	12,4
2019	270	83,3	22	6,8	32	9,9
2020	346	85,9	26	6,5	31	7,7
2021	485	76,3	102	16,0	49	7,7
2022	384	72,5	46	8,7	100	18,9
Total	4358	-	400	--	677	-

Fonte: CFE.

No CFE da Guiné-Bissau, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2022, a maioria das empresas criadas foram de propriedade masculina. Resumidamente os números de empresas criadas por sexo ao longo desses anos mostram que: em 2012, foram criadas 287 empresas por empresários do sexo masculino, 24 empresas por empresárias do sexo feminino e 34 empresas mistas, fundadas por empresários de ambos os sexos. Em 2013, foram criadas 355 empresas por empresários do sexo masculino, 20 empresas por empresárias do sexo feminino e 38 empresas mistas. Em 2014, foram criadas 360 empresas por empresários do sexo masculino, 28 empresas por empresárias do sexo feminino e 53 empresas mistas, fundadas por empresários de ambos os sexos. Em 2015, foram criadas 467 empresas por empresários do sexo masculino, 33 empresas por empresárias do sexo feminino e 62 empresas mistas. Em 2016, foram criadas 487 empresas por empresários do sexo masculino, 37 empresas por empresárias do sexo feminino e 120 empresas mistas. Em 2017, foram criadas 553 empresas por empresários do sexo masculino, 36 empresas por empresárias do sexo feminino e 103 empresas mistas. Em 2018, foram criadas 364 empresas por empresários do sexo masculino, 26 empresas por empresárias do sexo feminino e 55 empresas mistas. Em 2019, foram criadas 270 empresas por empresários do sexo masculino, 22 empresas por empresárias do sexo feminino e 32 empresas mistas. Em 2020, foram criadas 346 empresas por empresários do sexo masculino, 26 empresas por empresárias do sexo feminino e 31 empresas mistas. Em 2021, foram criadas 485 empresas por empresários do sexo masculino, 102 empresas por empresárias do sexo feminino e 49 empresas mistas. Em 2022, foram criadas 384 empresas por empresários do sexo masculino, 46 empresas por empresárias do sexo feminino e 100 empresas mistas.

Observa-se que, ao longo desse período, a presença de empresários do sexo masculino prevaleceu na criação de empresas no CFE, com uma participação significativamente maior em comparação às empresárias do sexo feminino.

1.4. Empreendedorismo e iniciativas empreendedoras na Guiné-Bissau

O empreendedorismo é uma área em crescimento na Guiné-Bissau, com várias iniciativas e projetos em andamento para apoiar o desenvolvimento de negócios e empreendimentos. Inaugurado em 2018, o Centro de Empreendedorismo e Inovação é uma iniciativa da Universidade Amílcar Cabral (UAC) que oferece treinamento e suporte para empreendedores locais. O centro oferece programas de incubação de negócios, mentoria, formação em empreendedorismo e acesso a financiamento. Financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Projeto BOOST é um programa de três anos que visa apoiar o desenvolvimento de pequenas empresas rurais na Guiné-Bissau. O programa oferece treinamento em gestão empresarial, acesso a financiamento e assistência técnica para empreendedores locais. A Feira Internacional de Empreendedorismo e Inovação que é um evento anual que reúne empreendedores, investidores e empresas para discutir e promover iniciativas empreendedoras na Guiné-Bissau. O evento oferece palestras, workshops e exposições de produtos e serviços de empresas locais. Lançada em 2019, a Plataforma de Financiamento Colaborativo é uma iniciativa da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné-Bissau que visa ajudar empreendedores a obter financiamento para seus negócios. A plataforma conecta investidores a empreendedores em busca de financiamento e fornece suporte em gestão empresarial (Siga, 2021; Siga & Lima, 2022).

1.4.1. A formalização da empresa na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau, no âmbito da melhoria do ambiente de negócios e incentivo ao empreendedorismo, o Governo tem adotado uma série de medidas legislativas e administrativas tendentes a facilitar o acesso e o exercício de atividades económicas e a redução dos custos a suportar pelos agentes económicos. Realça-se, nomeadamente, a facilitação do processo de constituição e registo de empresas, a simplificação do processo de licenciamento de atividades industriais, turísticas e comerciais e a constituição efetiva de um guichet único através da criação do Centro de Formalização de Empresas (CFE) no dia 27 de Maio de 2011. O Centro congrega diferentes serviços do estado nomeadamente Ministério da Indústria, Ministério do Comércio, Ministério de economia e finanças e Câmara Municipal de Bissau. Cujo a missão é facilitar o acesso e o exercício de atividades económicas através de simplificação de procedimentos de formalidades bem como, da redução de custos. O CFE é o interlocutor privilegiado face aos operadores económicos em matéria de registo de empresas.

A formalização de uma empresa na Guiné-Bissau envolve alguns passos e procedimentos. Algumas das etapas incluem:

- Registo da empresa - A empresa deve ser registada na Conservatória do Registo Comercial e Automóvel, que é o órgão responsável pelo registo de empresas na Guiné-Bissau. Para o registo, é necessário apresentar documentos como o contrato social, comprovante de endereço e documentos de identificação dos sócios.
- Inscrição na Segurança Social - A empresa deve se inscrever na Segurança Social, que é responsável pelo gerenciamento dos benefícios previdenciários dos trabalhadores. A inscrição é obrigatória e deve ser feita no prazo de 15 dias após o início das atividades da empresa.
- Licenciamento - Dependendo do tipo de atividade da empresa, é necessário obter uma licença específica. Por exemplo, empresas no setor alimentício devem obter uma licença sanitária. O processo de licenciamento é feito no Ministério da Saúde ou em outros órgãos responsáveis, como a Autoridade Nacional de Aviação Civil ou a Direção Geral de Transportes Terrestres.
- Inscrição fiscal - A empresa deve se inscrever na Direção-Geral de Impostos para obter um número de identificação fiscal. Esse número é necessário para cumprir as obrigações fiscais, como a emissão de notas fiscais e o pagamento de impostos.
- Alvará de funcionamento - Após a conclusão do processo de registo, licenciamento e inscrições, a empresa pode solicitar o alvará de funcionamento na Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné-Bissau.

Embora o processo de formalização possa parecer burocrático, ele traz benefícios para a empresa, como acesso a crédito, possibilidade de participar de licitações e contratos com o governo, e segurança jurídica. Além disso, a formalização contribui para o desenvolvimento económico do país, ao criar empregos e aumentar a arrecadação de impostos (Djau, 2019).

1.4.2. Iniciativas empreendedoras/ promotoras de empreendedorismo na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau tem visto um aumento nos programas empreendedores e de promoção do empreendedorismo nos últimos tempos. Um desses programas é desenvolvido pela *Ente Nazionale dei Giuseppini del Murialdo* (ENGIM), uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) italiana reconhecida pelo Estado da Guiné-Bissau. A ENGIM atua na área da Cooperação para o Desenvolvimento, com foco na formação profissional e incubação de empresas. A organização realiza projetos que visam promover o emprego e a formação integral dos jovens, operando em 18 países ao redor do mundo e apoiando as atividades da Congregação dos Josefinos de Murialdo (Baldé, 2023).

Os principais objetivos da ENGIM são o apoio, educação e formação humana e profissional dos jovens e das pessoas desfavorecidas. Eles realizam ações como a criação de centros de formação profissional, centros de acolhimento e agregação dos jovens, cantinas escolares, escolas de alfabetização e intervenções para facilitar o acesso à água potável.

Desde 2012, a ENGIM e o Centro de Instrução e Formação Profissional (CIFAP) iniciaram uma experiência-piloto de acompanhamento de jovens empreendedores guineenses. A incubadora foi criada considerando a forte necessidade de gerar oportunidades de emprego para os jovens, promovendo ideias de negócios que pudessem gerar renda. Inicialmente, a incubadora foi financiada pela Conferência dos Bispos Italiana (CEI) e, a partir de 2015, recebeu apoio da União Europeia por meio do projeto "Bo fia bo pudi, promoção do emprego dos jovens na Guiné-Bissau" - DCI-NSAPVD/2014/354-909, financiando 22 empresas na região de SAB e Cacheu. Também foi financiado o projeto nº 235/2012 "*Djubi Lundju: rafforzamento del sistema di formazione professionale e creazione del primo incubatore di piccole imprese della Guinea-Bissau*", co-financiado pela CEI, que selecionou e financiou 7 microempresas em Bissau.

Em 2016, a incubadora foi fortalecida pelo projeto PROTEJA - "*Projet pour le travail et l'emploi des jeunes africains*", REG/ENGIM/10733/7, financiado pela Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS) de Dakar, oferecendo apoio a 8 pequenas empresas em Bissau. Além do financiamento, os empreendedores selecionados pela incubadora recebem acompanhamento de uma equipa de trabalho para aprimorar seus planos de negócio, recebendo um pacote de serviços que inclui formação, assessoria e monitoramento constante das atividades.

1.5. Organização e gestão tributária

1.5.1. Organização tributária

O Ministério das Finanças, abreviadamente designado por MF, integra a Secretaria de Estado do Tesouro e a Secretaria de Estado do Orçamento e Assuntos Fiscais. Este ministério tem como missão formular, propor, coordenar e executar as políticas do Governo em matéria de gestão das finanças do Estado, nos domínios do orçamento, sistema fiscal, tesouro, património, privatizações, seguros e sistema financeiro descentralizado, bem como as políticas dirigidas às atividades económicas e à implementação das políticas de integração regional.

O MF tem, igualmente, por missão conceber, executar, avaliar as políticas dirigidas às atividades económicas assim como as políticas horizontais visando o crescimento económico e promoção de investimento, gerador de valor acrescentado nacional, da qualificação dos recursos humanos e a competitividade.

Este ministério é ainda o ordenador das despesas e receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE) e das contas especiais do Tesouro, nos termos da lei, encontrando-se subdividido de acordo com a seguinte estrutura orgânica¹:

- Gabinete do Membro do Governo (GMG): o Ministério das Finanças, que integra as Secretarias de Estado do Orçamento e Assuntos Fiscais e a Secretaria de Estado do Tesouro, é o departamento governamental ao qual compete formular, propor, coordenar e

¹ Acedido nos artigos disponíveis no site do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau (<https://www.mef.gw>).

executar as políticas do Governo em matéria de gestão das finanças do Estado, nos domínios do orçamento, sistema fiscal, tesouro, património, privatizações, seguros e sistema financeiro;

- Secretaria do Estado do Tesouro (SET) Gabinete do Membro do Governo (GSE): o Secretário de Estado do Tesouro coadjuva o Ministro da Economia e Finanças na coordenação das atividades dos seguintes serviços;
- Direção Geral do Tesouro (DGT): consiste no serviço que tem a seu cargo a administração da tesouraria central do Estado, bem como a efetivação das operações de intervenção financeira do Estado na economia, competindo-lhe igualmente o estudo, preparação e acompanhamento das matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público, administrativo, empresarial e da função de acionista;
- Direção Geral da Supervisão de Atividades Financeiras e Seguros (DGSAFS): é o serviço que tem por missão a promoção dos sectores financeiro e de seguros, a supervisão do mercado financeiro e o exercício da função de perito e consultor do Ministério da Economia e Finanças;
- Secretaria de Estado do Orçamento e Assuntos Fiscais (SEOAF): o Secretário de Estado do Orçamento e Assuntos Fiscais coadjuva o Ministro das Finanças na coordenação das atividades dos seguintes serviços;
- Gabinete do Membro do Governo (GSE): os Gabinetes dos Membros do Governo têm por função coadjuvá-lo técnica ou especialidade no exercício das suas funções governativas. A missão a desempenhar pelos elementos que compõem o Gabinete do Secretário do Estado se encontra regulada no diploma próprio referente aos Gabinetes dos Membros do Governo;
- Direção Geral de Contribuição e Impostos (DGCI): a Direção Geral das Contribuições e Impostos, abreviadamente designada por DGCI, é o serviço do Ministério da Economia e Finanças que tem por função a implementação da política e legislação tributária e de todas as ações de controlo e fiscalização necessárias à prossecução das suas competências. A DGCI assegura a direção, a coordenação, o controlo e o planeamento estratégico, bem como a gestão das atividades relativas à determinação, cobrança e controlo das receitas tributárias. A DGCI inclui os serviços técnicos operacionais da área do contencioso tributário encarregue de estabelecer a ligação e funcionalidade deste sector da sua atividade com os serviços dos Tribunais, com âmbito de atuação em todo o território da República da Guiné-Bissau;
- Direção Geral do Orçamento (DGO): consiste num serviço que superintende na elaboração, execução e controlo do Orçamento Geral do Estado, bem como da elaboração do respetivo relatório de execução;
- Direção Geral das Alfândegas (DGA): é o serviço que, de acordo com as políticas definidas pelo Governo e pelas normas comunitárias, tem por missão;
- Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos (DGPEE): a DGPEE tem por missão fundamental proporcionar o aconselhamento económico e técnico do Ministro da Economia e Finanças em matéria de políticas económicas, monetária e financeira, bem como o

- acompanhamento da conjuntura económica numa perspetiva de antecipação da evolução dos principais agregados macroeconómicos, permitindo a definição das políticas adequadas à prossecução dos objetivos de estabilização conjuntural e de desenvolvimento económico;
- Secretaria-Geral (SECG): é o serviço de apoio técnico e administrativo aos gabinetes do Ministro e dos Secretários de Estado;
 - Inspeção Geral das Finanças (IGF): consiste num serviço de controlo financeiro, auditoria e de apoio técnico dos serviços de administração direta do Estado, das entidades do sector público administrativo e empresarial, bem como dos sectores privado e cooperativo, no âmbito das suas relações financeiras com o Estado. Salvo disposição legal em contrário, a competência para ordenar a realização de inspeções e outras diligências, para decidir processos de análise de participações e denúncias que, nos termos da lei, cabem ao Ministro da Economia e Finanças, pode ser delegada no Inspetor-geral de Finanças, com a faculdade de subdelegação;
 - Direção Geral de Controlo Financeiro (DGCF): abreviadamente designada DGCF, é o serviço que tem por missão controlar a regularidade das despesas públicas, emitir pareceres e informações aos ordenadores em matéria de despesas públicas.
 - Direção Geral de Concursos Públicos (DGCP): a Direção Geral dos Concursos Públicos integra a orgânica do Ministério responsável pelas Finanças e, no exercício da sua missão, compete-lhe:
 - a) Emitir pareceres, conceder autorizações e derrogações necessárias a pedido das autoridades contratantes, nos termos do presente Código e demais legislação em vigor;
 - b) Assegurar, em colaboração com a Autoridade de regulação dos Concursos Públicos, a formação, a informação e o aconselhamento do conjunto dos atores da encomenda para aquisição pública, em matéria de legislação ou de regulamentação, assim como dos procedimentos aplicáveis;
 - c) Contribuir, em colaboração com a Autoridade de Regulação dos Concursos Públicos, na coleta de informações e de documentos com vista à constituição dum banco de dados em matéria de adjudicação dos contratos públicos e de delegações de serviço público;
 - Direção de Coordenação dos Serviços Informáticos (DCSI): a DGI exerce a sua atribuição no domínio do planeamento, implementação, gestão e promoção da utilização dos serviços e sistemas de informática, comunicações, multimédia e audiovisual, no âmbito das atividades do Ministério das Finanças e têm por missão fornecer serviços avançados de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que suportem a atividade do Ministério, colocar o cidadão no foco do serviço público, participar na modernização da sociedade e do crescimento económico;
 - Comité Nacional de Política Económica (CNPE): para efeitos de supervisão, os Estados-Membros de União Económica Monetária Oeste Africano (UEMOA) comprometem-se a criar, no prazo máximo de dois meses a contar da data de adoção da presente diretiva, os comités nacionais de política económica previstos no artigo 2º. o objetivo dos comités

nacionais de política económica é assistir a comissão na recolha, tratamento e análise de informações relativas a cada um dos países membros;

- Célula Nacional de Tratamento das Informações Financeiras (CENTIF): tem por missão a recolha, o tratamento e difusão de informações convicta a luta contra o branqueamento dos capitais, financiamento do terrorismo e proliferação das armas de destruição em massa;
- Secretariado Nacional de Património de Estado (SNPE): O sobres serviços de aquisição, expedição, fornecimento e transporte de artigos, materiais, móveis, utensílios e semoventes para os serviços do estado, expetando os serviços autónomos, concelhos e circunscrições, ficam, exclusivo ente, ao cargo de almoxarifado de fazenda, sob a superintendência da repartição provincial dos serviços de fazenda e contabilidade.

De seguida descrevem-se as unidades que se consideram mais relevantes para a presente investigação:

Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) - Entidade responsável dentro do Ministério das Finanças para recolher os impostos das empresas para o Estado, sendo coadjuvado pelas seguintes direções dos serviços:

- Direção de Serviços de Grandes Empresas – serviço responsável para cobrança dos impostos a Grandes Empresas.
- Direção dos Serviços de Pequenas e Médias Empresas – serviço responsável para recolha de impostos nas PME.

A Guiné-Bissau tem um sistema declarativo dos impostos que se aplica às empresas com contabilidade organizada, neste caso, as grandes empresas e as PME na sua grande maioria. De acordo com este sistema declarativo, a entidade contribuinte (que tenha uma atividade económica), deve fazer a sua declaração e a DGCI faz a respetiva liquidação em função do tipo de imposto a que o mesmo se encontra sujeito. O seu enquadramento é realizado em função da sua área de atuação. Após a entrega da liquidação, é emitido um pré-aviso e o contribuinte deve dirigir-se ao Tesouro Público, para fazer o respetivo pagamento. A DGCI atua após o período declarativo, e após a entidade evidenciar a sua presença fiscal, para averiguar acerca da veracidade da declaração apresentada pelo contribuinte.

Coordenação dos Bairros Fiscais – serviço responsável para recolha dos impostos às microempresas. Estas microentidades encontram-se a funcionar, na sua maioria, de maneira informal. São entidades que não se encontram registadas no Centro de Formalidade de Empresas, nem possuem um sistema de contabilidade organizada. No caso destas microentidades, o Bairro Fiscal recorre a um sistema de presunção para a fixação do montante a pagar.

Esta estrutura vai sendo alterada em função do Governo. De destacar, no entanto que no ano de 2010 foi constituído o centro de Formalização de Empresas (CFE), através do Decreto-Lei n.º

18/2010 de 25 de março, que tem como principal objetivo de sistematizar e simplificar o processo de formalização de empresa no país, tendo ficado concentrado numa única estrutura o registo, publicação e licenciamento para determinadas atividades económicas. Este aspeto tem-se revelado de extrema importância, uma vez que tem permitido uma sistematização das empresas e das suas atividades, contribuindo para a diminuição da economia informal.

1.5.2. Gestão tributária

Na Guiné-Bissau existem muitas empresas que, apesar de se encontrarem a desenvolver as suas atividades, não se encontram registadas em nenhum dos organismos mencionados, funcionando de forma informal. No entanto, e apesar de funcionarem desta forma, estas entidades são tributadas através dos Bairros Fiscais, pagando impostos. Não são empresas que se encontram formalmente constituídas através do Centro de Formalização de Empresas. No entanto, tal como já mencionado, o sistema tributário guineense é um sistema declarativo para estas empresas que trabalham de forma informal, não sendo ilegal dado o contexto legislativo e político-legal do país.

Pode, assim, afirmar-se que o sistema de tributação da Guiné-Bissau é um sistema dual, uma vez que admite a tributação de duas formas distintas, tal como se descreve na tabela seguinte (Tabela 5).

Tabela 5: Resumo do sistema de tributação da Guiné-Bissau.

Tipo de empresas quanto à constituição	Empresas constituídas através do FCE	Empresas em atividade, mas não constituídas legalmente
Enquadramento legal	Decreto-Lei n.º 3/2016	Não existe um documento legal
Entidade responsável pela tributação	DGCI	Bairros Fiscais
Forma de apuramento do imposto	Sistema declarativo, para empresas com contabilidade organizada	Sistema de presunção

Fonte: Elaboração própria.

Salienta-se que o sistema declarativo é distinto do sistema de presunção. Enquanto no sistema declarativo, ocorre uma declaração por parte da empresa sobre o seu volume de negócios e o imposto a apurar, sendo esta informação posteriormente confirmada pela DGCI, no sistema de presunção, é logo assumido um dado volume de faturação.

2. Metodologia de investigação

2.1. Questão e objetivos da investigação

A questão de investigação do presente trabalho consiste em analisar o contributo das micro, PME e grandes empresas para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau, como forma de estudar quanto é importante um setor empresarial no país, pois os seus impostos são uma grande fonte de receita para o Governo, contribuindo também para a geração de emprego. Assim, definiu-se como objetivo geral, a análise de como as micro, PME e grandes empresas contribuem, economicamente, para desenvolvimento da Guiné-Bissau, no período dos últimos 5 anos (2018 a 2022).

Com vista em dar resposta ao problema em estudo, foram estruturados os seguintes objetivos específicos:

- OE1: Recolher informações de pagamento dos impostos das empresas através do contacto ao Ministério das Finanças; objetivo específico;

- OE2: Determinar a ponderação dos impostos pagos pelas empresas no orçamento geral de Estado;
- OE3: Analisar o contributo dos impostos pagos pelas empresas por setor de atividade no Produto Interno Bruto (PIB) de Guiné-Bissau.

2.2. População e amostra

A Guiné-Bissau como um país que quer determinar o potencial de contribuição do tecido empresarial para o desenvolvimento nacional, e melhoria do ambiente de negócios e incentivo ao empreendedorismo, desenvolveu e implementou uma série de medidas legislativas e administrativas tendentes a facilitar o acesso e o exercício de atividades económicas e a redução dos custos a suportar pelos agentes económicos. Entre essas medidas destacam-se as seguintes:

- Facilitação do processo de constituição e registo de empresas;
- Simplificação do processo de licenciamento de atividades industriais, turísticas e comerciais;
- Constituição efetiva de um guichet único através da criação do Centro de Formalização de Empresas (CFE).

Assim, e ao longo dos anos foram criadas 7490 empresas. Dessas 7490 empresas, 1780 foram constituídas na Conservatória de Registo Predial, Automóvel e Comercial. O CFE iniciou atividades em 2011 e, através desta entidade, foram criadas 5710 empresas, até Dezembro 2022.

Existem ainda muitas empresas que, apesar de se encontrarem a desenvolver a sua atividade, não se encontram registadas em nenhum dos organismos mencionados, funcionando de forma informal. São empresas de dimensão nano e micro, sendo esta uma prática que não é considerada ilegal no contexto legislativo do país.

Assim, a população para este estudo é composta por estas 7490 empresas, criadas na Guiné-Bissau, até Dezembro de 2022 tanto pela Conservatória de Registo Predial, Automóvel e Comercial, como no Centro de Formalização de Empresas.

Relativamente à amostra, a mesma foi obtida por conveniência, ou seja, trata-se de uma amostra de tipo não probabilístico, uma vez que se definiu como um grupo de empresas específico, não tendo sido selecionadas de forma aleatória.

Esta amostra refere-se a um subgrupo ou subconjunto da população, que foi extraída do universo das empresas criadas na Guiné-Bissau. Tal como já mencionado, a amostra foi obtida por conveniência, uma vez que se extraiu informação relativamente a estas entidades (agentes económicos), a partir da base de dados da Direção Geral de Contribuição e Impostos (DGCI). Esta base de dados integra as empresas que se encontram em funcionamento e que pagam efetivamente impostos.

No que respeita à sua dimensão, existem empresas que se enquadram nas seguintes categorias:

- i) Microempresas, com um enquadramento num bairro fiscal de classificação C;

- ii) Pequenas e Médias Empresas (PME), enquadradas na classificação B;
- iii) Grandes empresas, enquadradas na classificação A.

2.3. Instrumentos de recolha de dados

A seleção de instrumentos de recolha de dados adequados afigura-se como fundamental para qualquer investigação, uma vez que pode condicionar ou limitar o decurso da mesma. Desta forma, na presente investigação, dado tratar-se de um estudo que implicou a recolha de dados que não se encontram em fontes abertas, houve um cuidado adicional na seleção de fontes e de instrumentos de recolha de dados que possibilitassem atingir os objetivos inicialmente definidos. Assim, da tabela seguinte (Tabela 6), consta a informação relativa à contextualização, ao instrumento, à fonte e à forma como a informação irá dar resposta a cada um dos objetivos específicos.

Tabela 6: Contextualização da metodologia de investigação.

	Contextualização	Instrumento	Fonte	Como vai dar resposta
OE 1	Realização de entrevistas com os representantes dos principais serviços do MF.	Entrevistas	Ministério das Finanças (Direções Gerais de Orçamento e Direção Geral de contribuições e Impostos, Direção de Serviços de Grandes Empresas, Direção de serviços de PME e Coordenação dos Bairros Fiscais).	As informações recolhidas a partir das entrevistas pretendem permitir compreender a contribuição dos impostos das empresas da Guiné-Bissau.
OE 2	Recorrendo à base de dados estruturada, procura-se determinar a ponderação dos impostos pagos pelas empresas no orçamento geral de Estado.	Entrevistas Pesquisa do orçamento de estado do período em análise.	Componentes de receita do orçamento de estado.	Com o tratamento destes dados, será compreendido a ponderação dos impostos pagos pelas empresas para o orçamento geral de Estado.
OE 3	Especificando o contributo dos impostos pagos pelas empresas, procura-se analisar a ponderação dos diferentes setores de atividade no PIB.	Entrevistas	Componentes de receita do orçamento de estado.	Com o tratamento destes dados, será compreendido a ponderação dos impostos pagos pelas empresas por setor de atividade para o orçamento geral de estado.

OE = Objetivo Específico.
Fonte: Elaboração própria.

No que respeita aos instrumentos de recolha de dados foram selecionados a entrevista e a base de dados da receita do orçamento de estado.

A seleção da entrevista, está relacionada com o facto desta ser uma técnica de recolha de dados mais criativa e também mais aberta, uma vez que integra um conjunto de perguntas, com flexibilidade de resposta, podendo o investigador ir mudando o rumo das questões, e direcionando as mesmas, de acordo com o seguimento da entrevista.

Assim, através da aplicação desta técnica, o investigador pode dispor de um conjunto de perguntas-guia, relativamente flexíveis, com as quais pretende orientar a recolha de informação do entrevistado, tendo inclusivamente liberdade em recorrer ou não a todas as questões que formulou e em seguir a ordem que determinou previamente, pois permite, inclusivamente, ao entrevistado a possibilidade de moldar o seu conteúdo (Alves et al., 2021).

Perante estes factos, optou-se pelo uso do instrumento metodológico de entrevista, que pode surgir associado a desenhos de investigação de natureza qualitativa devendo, como tal, ser realizado junto de sujeitos cuidadosamente selecionados, em função de critérios bem definidos, à partida. Isto é, a partir de amostras intencionais e não probabilísticas.

Esta técnica de recolha de dados em investigação possibilita a obtenção de informação mais detalhada e profunda - dificilmente conseguida por meio de um questionário, devido ao carácter flexível e reversível dos processos de condução e formulação de questões. Além disso, o inquérito por entrevista pode fornecer informação nova e/ou inesperada, que implique uma reconceptualização dos objetivos em estudo (Alves et al., 2021).

Foram definidos os organismos, a partir dos quais se iria selecionar os participantes para a realização das entrevistas. Os organismos selecionados (entidades e departamentos) foram os seguintes, tendo as entrevistas sido realizadas de forma presencial, em cada um dos respetivos serviços:

- Direção Geral de Orçamento;
- Direção Geral de Contribuição e Impostos;
- Direção dos Serviços de grandes Empresas;
- Direção dos Serviços de PME;
- Coordenação dos Bairros Fiscais.

Esta seleção facilitou a seleção dos participantes, cuja descrição se encontra na tabela seguinte. Todas as entrevistas foram realizadas em Bissau.

Tabela 7: Entidades e caracterização dos participantes nas entrevistas.

Entidade/Departamento	Cargo ocupado	Funções desempenhadas	Antiguidade	Data de realização da entrevista
Direção Geral de Orçamento (DGO)	Diretor Geral Adjunto	Coadjuvar o diretor geral	30 anos	14/04/2023
Direção Geral de Contribuição e Impostos (DGCI)	Diretor de serviços de Reforma tributária	Coordenar a equipa de departamento de reforma tributária	7 anos	06/04/2023
Direção dos Serviços de Grandes Empresas (DGCI)	Chefe de repartição	Coordena a equipa da repartição	20 anos	15/03/2023
Direção dos Serviços de PME (DGCI)	Técnico e Gestor de PME	Gestão dos PME	7 anos	06/04/2023
Coordenação dos Bairros Fiscais (DGCI)	Técnico	Técnico	40 anos	04/04/2023

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas foram gravadas (com o devido consentimento informado de cada um dos participantes) e depois transcritas, de modo a permitir que o entrevistado ficasse menos condicionado na resposta, mas também para que o investigador não perdesse o foco, caso tivesse de tirar anotações, o que lhe poderia retirar alguma atenção das questões essenciais. Uma vez que se tratou de entrevistas semiestruturadas, houve margem para se abordar assuntos ou temas complementares e relevantes para a investigação.

Aquando da definição da proposta, encontrava-se previsto o acesso a uma base de dados que iria permitir compreender a contribuição da ponderação dos impostos pagos pelas empresas para o orçamento geral de Estado. No entanto, o acesso a essa base de dados não foi possível, em tempo oportuno, para a conclusão da presente dissertação. Nesse sentido, e para complementar os dados recolhidos a partir das entrevistas, fez-se uma opção metodológica pela seleção de um conjunto de indicadores macroeconómicos e sociais, e análise da sua evolução, no período em análise (2018-2022). Apesar de não se conseguir estabelecer uma relação direta entre os indicadores e a contribuição dos impostos para o orçamento geral do Estado, considera-se que esta análise complementa a investigação realizada.

Nesse sentido, as entrevistas vêm dar resposta complementar aos objetivos inicialmente definidos, acabando por contribuir nesse sentido aos resultados apresentados neste estudo.

3. Análise de dados e resultados

3.1. Tratamento dos dados sobre o pagamento dos impostos das empresas

No âmbito da análise de como as micro, PME e grandes empresas contribuem, economicamente, para desenvolvimento da Guiné-Bissau, considerando o período de 2018 a 2022, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. As informações que são recolhidas procuram analisar as informações de pagamento dos impostos das empresas através do contacto a entidades do Ministério das Finanças (OE1). Concretamente foram entrevistados: o Direção Geral de Orçamento (DGO); a Direção Geral de Contribuição e Impostos; o Direção dos Serviços das Grandes Empresas, e das PME; e um representante da Coordenação dos Bairros Fiscais, da Guiné-Bissau.

Assim, a 14 de abril de 2023 foi realizada a entrevista presencial ao Diretor Geral Adjunto do Orçamento, Dr. Carfa Embaló, que possui uma carreira de 30 anos na Direção Geral de Orçamento

(DGO). Atuou como diretor geral entre 2003 e 2004, e atualmente desempenha funções como adjunto.

A organização do Ministério compreende várias direções gerais e é responsável pela arrecadação de receitas e pela realização de despesas para atender às necessidades públicas. Qualquer informação adicional sobre a estrutura do ministério pode ser obtida na secretaria geral.

Quanto ao processo de apuração de impostos, afirma que a DGO, baseia-se principalmente nas estatísticas fornecidas pela Direção Geral da Administração Fiscal (DGA), Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) e Ministério das Pescas.

A relação entre a cultura e o pagamento de impostos é discutida, com o nome mencionando que muitos guineenses não veem o pagamento de impostos como um ato de civismo. Ele destaca a necessidade de sensibilizar a população sobre como os impostos são fundamentais para atender às necessidades nacionais.

Quando questionado sobre os principais contribuintes para o desenvolvimento, direcionando a pergunta para a DGCI, indicando que esta direção está mais bem posicionada para responder a essa questão.

Finalmente, o desafio económico que o país enfrenta é abordado, com ênfase no défice orçamental crónico. É explicado que o país tem dificuldade em disponibilizar recursos para investimentos, dependendo muito dos parceiros de desenvolvimento para financiar projetos, como construção de estradas, hospitais e escolas, devido às limitações das receitas internas.

Na segunda entrevista semiestruturada, realizada a 6 de abril de 2023, o Diretor dos Serviços da Reforma Tributária da Direção Geral de Contribuição e Impostos (DGCI), Professor Doutor Lito Nunes Fernandes, é apresentado como um profissional com uma sólida formação académica em Economia, com doutoramento na área, mestrado em Gestão Financeira e licenciatura em Ciências Económicas. Com sete anos de experiência nos serviços públicos, ingressou através de um concurso público em 2016, começando a trabalhar no gabinete do diretor geral. Em 2019, foi nomeado Diretor dos Serviços da Reforma Tributária.

Sobre a organização do ministério, o Professor Doutor Lito Nunes Fernandes tem conhecimento limitado e sugere consultar a secretaria geral para obter informações detalhadas sobre a estrutura do Ministério das Finanças.

Em relação ao processo de apuração de impostos, explica que a Guiné-Bissau opera com um sistema declarativo de impostos, onde os contribuintes devem apresentar declarações de acordo com suas atividades económicas e comerciais. A DGCI utiliza essas declarações para calcular os impostos devidos, emite pré-avisos e os contribuintes são responsáveis por fazer os pagamentos no tesouro público. Além disso, a DGCI realiza a fiscalização para verificar a veracidade das declarações dos contribuintes após o período de declaração.

No que diz respeito à relação entre a cultura e o pagamento de impostos, reconhece que, em geral, as pessoas resistem em pagar impostos. No entanto, ele enfatiza a importância da educação fiscal

e da conscientização sobre os benefícios de pagar impostos, destacando que isso pode ter um impacto positivo no país.

Quanto aos principais contribuintes para o desenvolvimento, aponta as grandes empresas, devido ao volume de negócios e às transações que realizam, bem como ao valor dos impostos que entregam ao Estado. A DGCI classifica os contribuintes em categorias, incluindo grandes contribuintes, pequenas e médias empresas (PME) e contribuintes dos bairros fiscais. A classificação é revisada anualmente até o final do ano, permitindo a mudança de categoria, dependendo do desempenho financeiro das empresas.

O maior desafio económico identificado para a Guiné-Bissau está relacionado com a criação e o desenvolvimento de empresas. É apontado que a economia de um país é impulsionada por indústrias de todos os tamanhos, desde microempresas até grandes corporações. No entanto, observa que há uma falta de empresas maduras no país, com muitas delas sendo empreendimentos que não atingem a maturidade necessária para impulsionar o desenvolvimento económico de forma significativa.

Na entrevista a 15 de março de 2023, com o Chefe de Repartição e Gestão de Secretariado das Grandes Empresas na Direção dos Serviços das Grandes Empresas, Técnico Jorge Ndal, várias informações relevantes são compartilhadas, concretamente, sobre a experiência profissional, o Técnico Jorge Ndal começou a trabalhar na DGCI em 2020 e assumiu várias funções ao longo do tempo. Destaca ainda que a sua experiência e cargos anteriores no Ministério das Finanças.

Sobre a Organização do Ministério, reconhece que, em seu nível de atuação, não está em posição de fornecer informações detalhadas sobre a organização do Ministério das Finanças.

No que diz respeito ao processamento dos Impostos, descreve a missão da instituição, que é cobrar impostos dos contribuintes. Ressalta a importância de respeitar os códigos específicos para cada tipo de imposto. Menciona exemplos como o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), indicando os prazos para a declaração e a penalização para atrasos.

A relação entre cultura e pagamento de Impostos é algo controverso. Reconhece que, em todo o mundo, nem todos desejam pagar impostos, independentemente do nível de desenvolvimento do país. Menciona ainda que algumas pessoas podem tentar contornar o sistema, muitas vezes com a ajuda de políticos, para evitar o pagamento de impostos.

Como principais contribuintes para a receita fiscal do país, destacam-se as grandes empresas, especialmente do setor de telecomunicações, bancos e indústrias de cimento e materiais de construção.

Destaca-se que a DGCI é fundamental para o desafio económico da Guiné-Bissau, pois o recebimento de receitas é essencial para pagar salários e financiar investimentos. No entanto, aponta dificuldades em termos de mobilidade e equipamento, incluindo a falta de veículos e escritórios não tão bem equipados em comparação com outras direções gerais.

Esta entrevista fornece uma visão sobre a estrutura da DGCI, os desafios que enfrenta e a importância da arrecadação de receitas para a economia do país. Também destaca as questões relacionadas com o pagamento de impostos e as principais indústrias que contribuem significativamente para a receita fiscal.

Na entrevista com o Gestor das Empresas no Serviço de Gestão das Pequenas e Médias Empresas (PME), realizada a 6 de abril de 2023, com o Dr. Daniel Barbosa, são partilhadas informações relevantes sobre seu cargo e a situação da gestão de impostos no contexto do Ministério.

O Dr. Daniel Barbosa tem sete anos de experiência nesse serviço e ingressou em 2016, o que demonstra uma considerável experiência na área de gestão de PME. Menciona algumas das direções gerais dentro do Ministério, incluindo a DGCI, DGA e DGO, que desempenham um papel fundamental na arrecadação de receitas e no funcionamento do ministério.

Em relação ao processamento de impostos, descreve como os contribuintes são classificados em grandes empresas, PME e Bairros Fiscais, além das repartições regionais. Explica os prazos e modalidades de pagamento para diferentes tipos de impostos, como o Imposto Profissional e Contribuição Industrial, o que é valioso para compreender o sistema de arrecadação de impostos.

Destaca desafios culturais que afetam o pagamento de impostos, incluindo a alta taxa de analfabetismo e a falta de cultura de pagamento ao Estado. Menciona também a introdução do uso de faturas normalizadas para facilitar a fiscalização, lamentando que apenas uma pequena percentagem de empresas se encontra a utilizá-las até ao momento.

São identificadas as grandes empresas como os principais contribuintes, contribuindo com grandes somas financeiras para o funcionamento do governo. Algumas PME também são mencionadas como contribuintes significativos.

Em relação aos desafios económicos, aponta-se a influência política na nomeação de funcionários, em perda do mérito, como um problema. Além disso, destaca-se a falta de formação, capacitação e reciclagem para os técnicos nas áreas económicas, especialmente em um contexto de avanço tecnológico em empresas de telecomunicação. É enfatizada a necessidade de que os técnicos da DGCI estejam bem preparados para lidar com empresas e questões tributárias.

Esta entrevista forneceu informações valiosas sobre a gestão de impostos no contexto das PME, os desafios económicos enfrentados pela Guiné-Bissau e os esforços em andamento para melhorar a cultura de pagamento de impostos e a fiscalização.

Por último, na entrevista a 4 de abril de 2023, como o Técnico Edgar Semedo, Técnico da Coordenação dos Bairros Fiscais, que possui uma notável experiência de 40 anos de serviço no Ministério das Finanças, especificamente na DGCI, várias informações relevantes emergem.

Compartilha a sua ampla experiência profissional, tendo atuado em vários cargos ao longo da sua trajetória no ministério. Atualmente, desempenha funções como técnico. É discutida a estrutura do Ministério das Finanças, destacando a importância das diversas direções gerais, como a DGCI,

DGO, DGA, DGCI e DGPEE. No entanto, Técnico Edgar Semedo lamenta a falta de acesso à estrutura orgânica atual do ministério.

A entrevista também aborda o processamento de impostos em um contexto organizado, enfatizando a necessidade de contabilidade adequada. São explicadas duas bases de tributação: a base da presunção, com base no volume de negócios, e a base que utiliza balanços de atividades e relatórios de contas para a cobrança de impostos.

A relação entre cultura e pagamento de impostos é analisada, com ênfase na importância da educação fiscal. É observado que a Guiné-Bissau enfrenta desafios culturais, com uma baixa pressão fiscal em comparação com a sub-região, devido à falta de cultura de pagamento de impostos, que se estende até mesmo aos políticos e líderes. A interferência dos dirigentes na questão tributária também é mencionada.

Quanto aos principais contribuintes, destacou-se que a maioria está no setor informal, mas as grandes empresas contribuem significativamente para a receita do Estado devido ao seu maior volume de negócios e contabilidade organizada. No entanto, também há irregularidades na apresentação de custos e benefícios por parte das grandes empresas, com o setor de telecomunicações sendo identificado como um dos maiores contribuintes.

Por fim, a entrevista enfatiza que os desafios económicos da Guiné-Bissau estão ligados à instabilidade governamental, que afeta a capacidade do país de atrair investidores. A falta de estabilidade política e de um sistema de justiça eficaz dissuade os investidores de alocar recursos no país, prejudicando assim o crescimento económico. Esta entrevista oferece uma visão abrangente dos desafios enfrentados pela Guiné-Bissau em relação ao sistema tributário, cultura de pagamento de impostos e estabilidade política, destacando a necessidade de melhorias em várias áreas para estimular o crescimento económico e atrair investimentos.

3.2. Síntese conclusiva das entrevistas

Esta análise investiga questões relacionadas com a contribuição económica das empresas na Guiné-Bissau durante o período entre 2018 e 2022. Estas entrevistas foram conduzidas com diversos profissionais, com o objetivo de obter uma visão abrangente destes tópicos.

Sobre a Organização do Ministério, o Ministério das Finanças da Guiné-Bissau é descrito como uma entidade composta por várias direções gerais, notadamente a DGCI, DGO, DGA e DGPEE, desempenhando papéis vitais na gestão das receitas e despesas ministeriais.

Os processamentos dos impostos enfatizam a relevância da contabilidade e da utilização de estatísticas fornecidas por diversas entidades no que tange ao processamento dos mesmos. Adicionalmente, é mencionado que a Guiné-Bissau emprega um sistema declarativo de impostos, no qual os contribuintes são responsáveis por apresentar declarações com base nas suas atividades económicas.

No que diz respeito à relação entre cultura e pagamento de impostos ficou evidente a ausência de uma cultura consolidada de pagamento de impostos na Guiné-Bissau, sendo a educação fiscal apontada como uma solução para melhorar essa condição. Muitos guineenses não compreendem o pagamento de impostos como um ato de civismo.

As principais contribuições salientam que as grandes empresas são identificadas como os principais contribuintes, dadas as grandes transações comerciais que realizam e o substancial montante de impostos que remetem ao Estado.

Entre os desafios primordiais figuram o défice orçamental crónico e a dependência de parceiros de desenvolvimento para financiar projetos. A ausência de empresas maduras também é identificada como um entrave ao desenvolvimento económico do país.

Esta análise fundamenta-se em cinco entrevistas independentes, cada uma conduzida com um profissional que abordou estas questões. Cada entrevistado oferece informações acerca da experiência profissional do entrevistado e, em alguns casos, é apontado um conhecimento limitado da organização interna do Ministério das Finanças, sugerindo, assim, a busca de informações detalhadas junto à secretaria geral.

Como conclusão geral, esta análise enfatiza que as entrevistas proporcionam uma visão ampla dos desafios enfrentados pela Guiné-Bissau relativamente ao sistema tributário, à cultura de pagamento de impostos e à estabilidade política. Destaca-se, portanto, a necessidade de aprimoramentos em diversas áreas para estimular o crescimento económico e atrair investimentos para o país. Em resumo, oferece-se uma visão abrangente dos problemas económicos e tributários na Guiné-Bissau, destacando a relevância de soluções como a educação fiscal e o fortalecimento das empresas no sentido de impulsionar o crescimento e o desenvolvimento económico.

3.3. Análise de Indicadores

De seguida apresenta-se a evolução de um conjunto de indicadores macroeconómicos e sociais, entre os anos de 2018 e 2022, que pretendem fornecer uma visão complementar ao trabalho desenvolvido, bem como perspetivar a evolução do país no conjunto de anos em análise.

Um dos primeiros indicadores que se analisa, em termos macroeconómicos, é o Produto Interno Bruto (PIB). O Produto Interno Bruto (PIB), neste caso considerado a preços correntes, representa a soma do valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia do país, ao qual acresce os impostos sobre produtos e se deduz os subsídios não incluídos no valor dos produtos.

Assim, na figura seguinte (Figura 2), pode observar-se a evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes, em mil milhões de \$USD de 2010, entre 2018 e 2022.

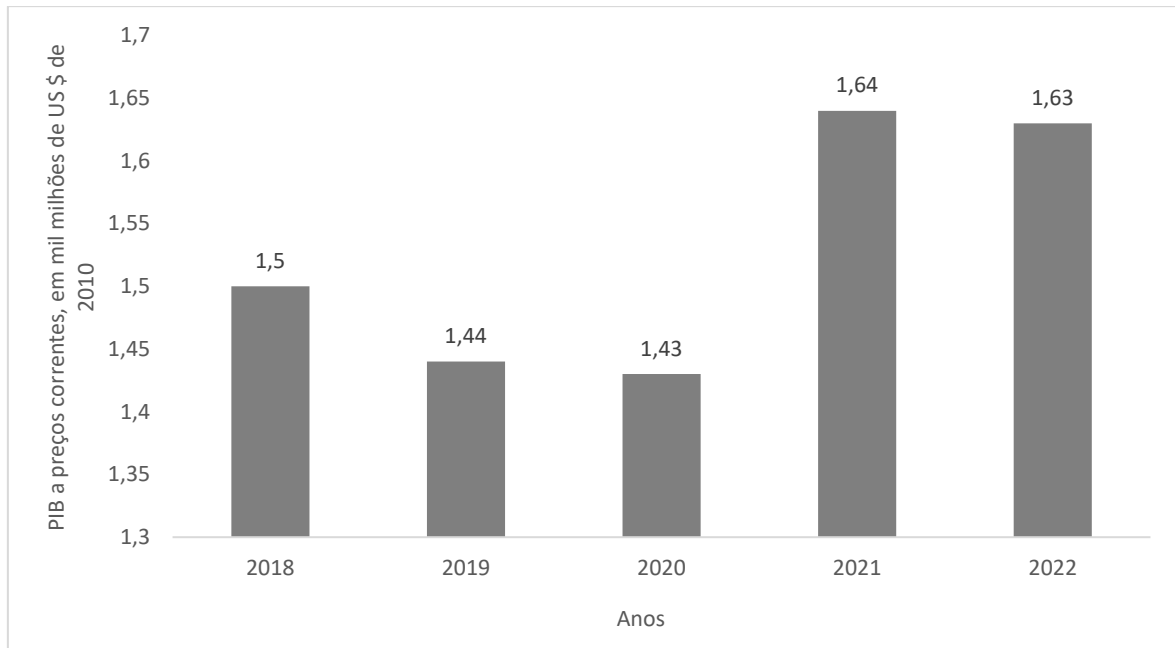


Figura 2: Evolução do PIB a preços correntes, em mil milhões de US\$ de 2010, entre 2018 e 2022.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso da Guiné-Bissau, tradicionalmente, com uma grande parcela da produção informal, o PIB não traduz a globalidade da produção, cujo valor real se espera que seja mais elevado.

Com dados recolhidos a partir do World Bank, os valores do PIB a preços correntes, em mil milhões de US\$ de 2010, encontram-se representados na figura anterior, a partir de qual se observa uma tendência de decréscimo, entre os anos de 2018 e 2020 (este indicador diminuiu de 1,5 mil milhões de US\$ para 1,43 mil milhões de US\$), seguida de crescimento, entre 2020 e 2021 (de 1,43 mil milhões de US\$ para 1,64 mil milhões de US\$), seguida novamente de uma tendência de ligeiro decréscimo entre 2021 e 2022 (de 1,64 mil milhões de US\$ para 1,63 mil milhões de US\$). Dos anos em análise, o que apresenta o valor mais elevado para este indicador foi 2021, com 1,64 mil milhões de US\$ (a preços correntes de 2010).

Em linha com as informações recolhidas através das entrevistas, destaca-se a perceção por parte dos entrevistados de que existem diversos desafios económicos que o país atualmente enfrenta, nomeadamente, no que respeita a questões culturais que se traduzem numa falta de valorização da economia formal, associada a uma elevada taxa de analfabetismo geral e de literacia financeira, aspetos que se considera que deveriam ser mais trabalhados, pois estão na base de uma cultura que privilegia a importância de um esforço coletivo, em prole de um objetivo comum, que será melhorar a situação económica do país, em termos de crescimento e de desenvolvimento económico.

O PIB *per Capita* representa o valor do produto total dividido pela população. Apesar de se saber que o seu valor não é dividido uniformemente pela população, este é um indicador que

habitualmente se considera, uma vez que permitem realizar comparação entre países, aferindo o posicionamento relativo do país, em termos médios.

Assim, na figura seguinte (Figura 3), apresenta-se a evolução deste indicador para o período de 2018 a 2022.

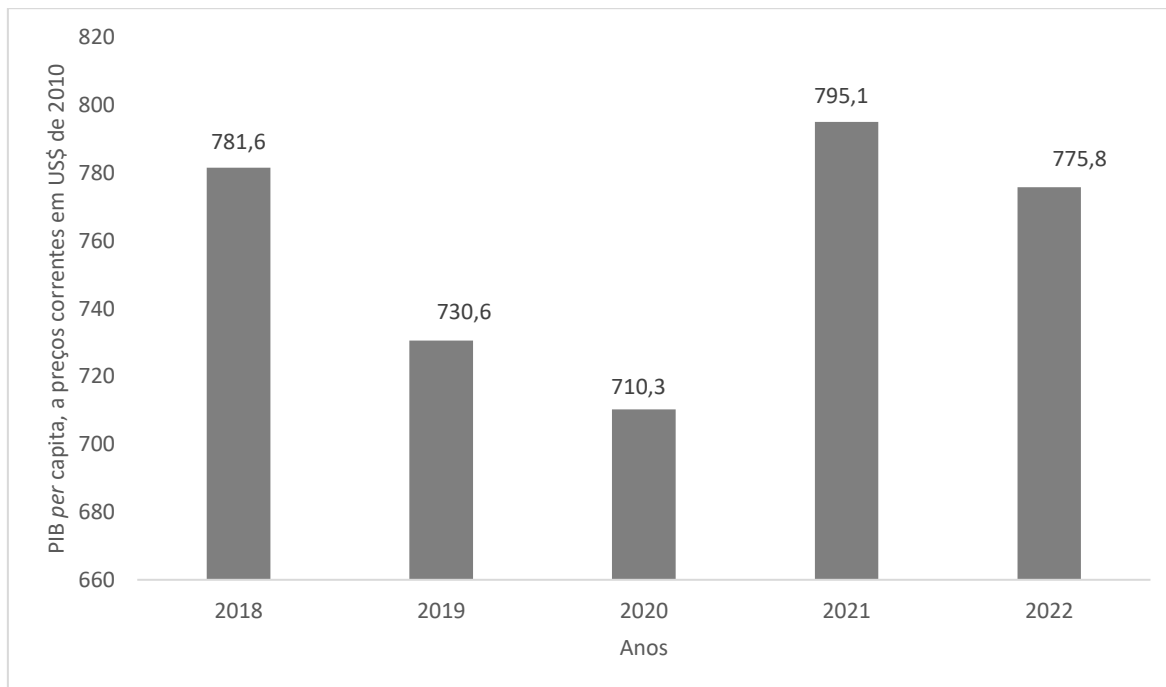


Figura 3: Evolução do PIB per Capita, a preços correntes em US\$ de 2010, entre 2018 e 2022.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

O PIB *per Capita* segue a mesma linha do indicador anterior, de decrescimento, crescimento e, novamente, de decrescimento. Assim, o PIB *per capita* entre 2018 e 2020, diminuiu de 781,6 US\$ de 2010, para 710,3 US\$ de 2010, tendo aumentado para 795,1 US\$, em 2021, e diminuído para 775,8 US\$ no ano de 2022. À semelhança do indicador anterior, também o ano em que este indicador atingiu o valor mais elevado na janela temporal considerada foi 2021, com 795,1 US\$.

Tal como já mencionado, o PIB *per Capita* é considerado uma métrica importante para avaliar o bem-estar económico de uma nação, no entanto, existem limitações e críticas ao seu uso exclusivo como indicador abrangente de qualidade de vida e do desenvolvimento, uma vez que, entre outros aspetos não considera uma igual repartição do rendimento, ignora alguns fatores não monetários, não refletindo também a tipologia ou qualidade dos bens e serviços produzidos e não reflete o trabalho não remunerado, entre outros fatores.

De seguida, apresenta-se a evolução da taxa de desemprego, também para o período de 2018 a 2020. O desemprego refere-se ao conjunto de pessoas que em idade de trabalhar, está sem trabalho, mas que se encontra disponível e à procura de emprego.

Paradoxalmente, baixas taxas de desemprego podem disfarçar uma condição de pobreza substancial de um país, enquanto elevadas taxas de desemprego podem ocorrer em países com um elevado nível de desenvolvimento económico e baixas taxas de pobreza.

Em países sem desemprego ou benefícios sociais, as pessoas ganham a vida em empregos precários e, muitas vezes, sem uma situação contratual devidamente regularizada. Em países com sistemas sociais bem desenvolvidos, os trabalhadores podem esperar por empregos que considerem ser adequados ou desejáveis, uma vez que comumente, se encontram protegidos por sistemas de proteção social, que lhes permitem aceder a um rendimento, mesmo durante o período em que se encontram sem trabalhar. Por outro lado, o desemprego elevado e sustentado indica também graves ineficiências na afetação de recursos.

A figura seguinte (Figura 4) evidencia a evolução da taxa de desemprego na Guiné-Bissau entre os anos de 2018 e 2022.

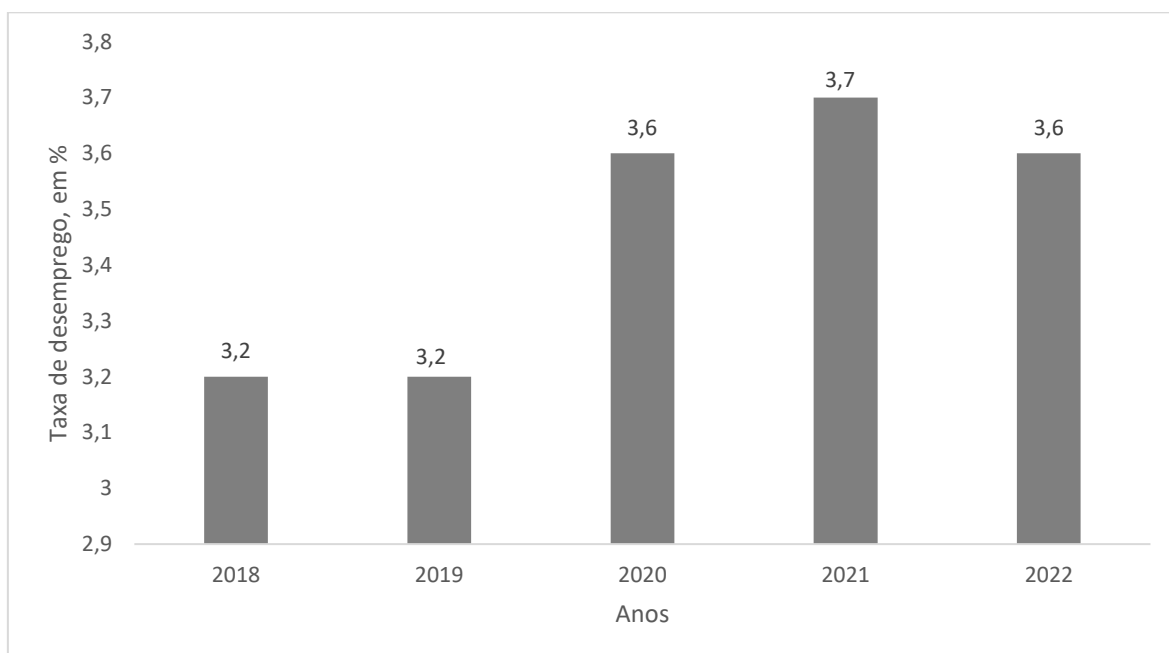


Figura 4: Evolução da taxa de desemprego, em %, entre 2018 e 2020.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank, mas obtidos pela International Labour Organisation (ILO).

De acordo com os valores do gráfico, pode observar-se que a variação deste indicador se encontra em linha com os indicadores anteriores. Assim, o ano em que este indicador apresentou um valor mais elevado, foi 2021, com 3,7%. Uma taxa de desemprego de 3,7% representa a proporção da força de trabalho de uma determinada região ou país que está desempregada e em processo de procura ativa desemprego em relação à força de trabalho total. Ou seja, representa que, de acordo com os dados disponíveis, 3,7% da força de trabalho está atualmente desempregada.

Uma taxa de desemprego de 3,7% geralmente é considerada relativamente baixa e sugere que a maioria das pessoas em idade ativa que desejam encontrar emprego está empregada. No entanto, atendendo a fatores como a elevada parcela de empresas que operam informalmente, ao emprego

informal, aliada ao facto de a Guiné-Bissau não ter ainda um sistema de proteção social desenvolvido, este valor poderá ser muito maior do que o que oficialmente se encontra registado.

Um outro indicador económico que importa mencionar é a taxa de inflação. A taxa de inflação é um indicador económico que mede o aumento geral dos preços dos bens e serviços em uma economia durante um período específico. Em outras palavras, é a variação percentual média dos preços de uma cesta ou cabaz de produtos e serviços ao longo do tempo, isto é, é expressa como uma percentagem anual, sendo calculada com base na comparação dos preços de uma variedade de produtos e serviços ao longo do tempo.

Quando a taxa de inflação é positiva, significa que os preços estão a subir, em termos médios, o que pode ter várias implicações económicas. Uma inflação moderada é geralmente considerada saudável para uma economia, pois incentiva o consumo e o investimento. No entanto, uma inflação muito alta pode prejudicar o poder de compra das pessoas e a estabilidade económica. Assim, e face à relevância deste indicador, na figura seguinte (Figura 5), evidencia-se a sua evolução entre os anos de 2018 e 2022.

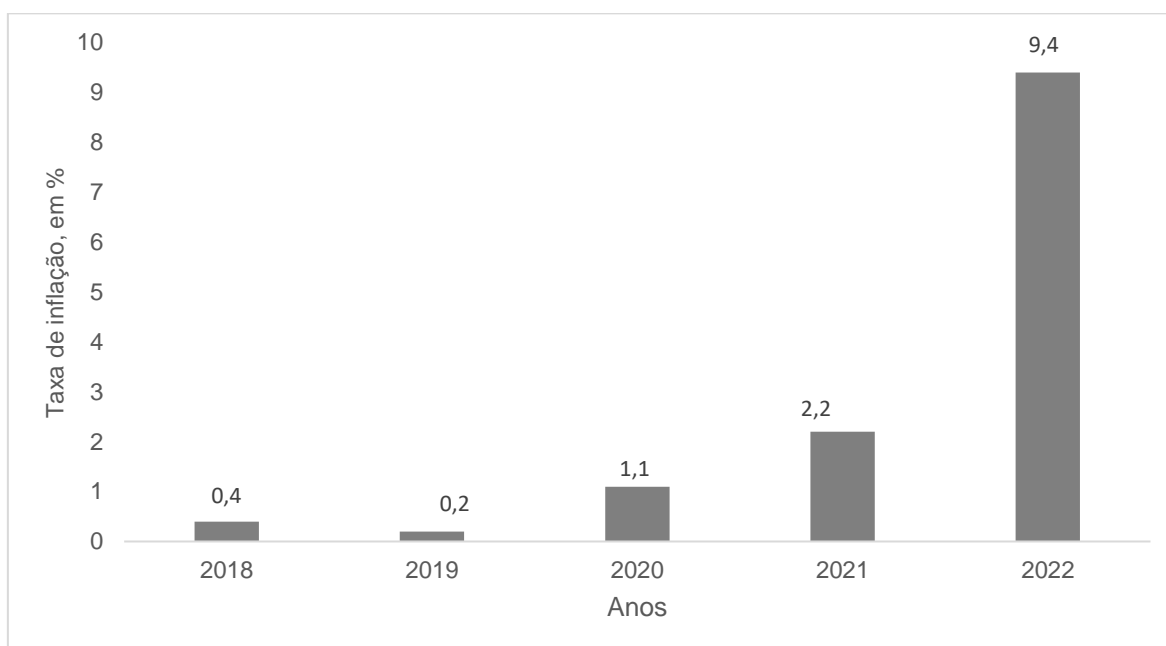


Figura 5: Evolução da taxa de inflação, em %, entre 2018 e 2022.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

Tal como se pode observar, a economia guineense entrou num período caracterizado pelo aumento da taxa de inflação. Assim, se entre os anos de 2018 e 2020, apesar de ter existido uma oscilação deste indicador o seu valor permaneceu abaixo dos 2% (registou-se 0,4% em 2018, 0,2% em 2019 e 1,1% em 2020). O ano de 2021 já foi marcado por um aumento de 1,1 pontos percentuais (de 1,1% para 2,2%) e, no ano de 2022, esse aumento foi de 7,2 pontos percentuais, atingindo 9,4%. Este indicador encontra-se em linha com muitos outros países que, entre outros fatores, na sequência do conflito na Europa, viram os preços dos combustíveis e *commodities* a aumentar, acabando este aumento por se generalizar à maioria dos bens e serviços. Este indicador deve ser um fator de

preocupação por parte do Governo, uma vez que, pelo facto de se refletir diretamente no preço dos bens e serviços, e aliado a uma economia marcada por baixos salários (o PIB per Capita foi de 775,8 US\$, no ano de 2022) e um sistema de proteção social em desenvolvimento, pode contribuir ainda mais para o aumento da economia informal.

De seguida apresenta-se a evolução da população (em número de habitantes) e o seu crescimento, (em percentagem). Assim, a figura seguinte (Figura 6) reflete a evolução destes dois indicadores, entre 2018 e 2022.

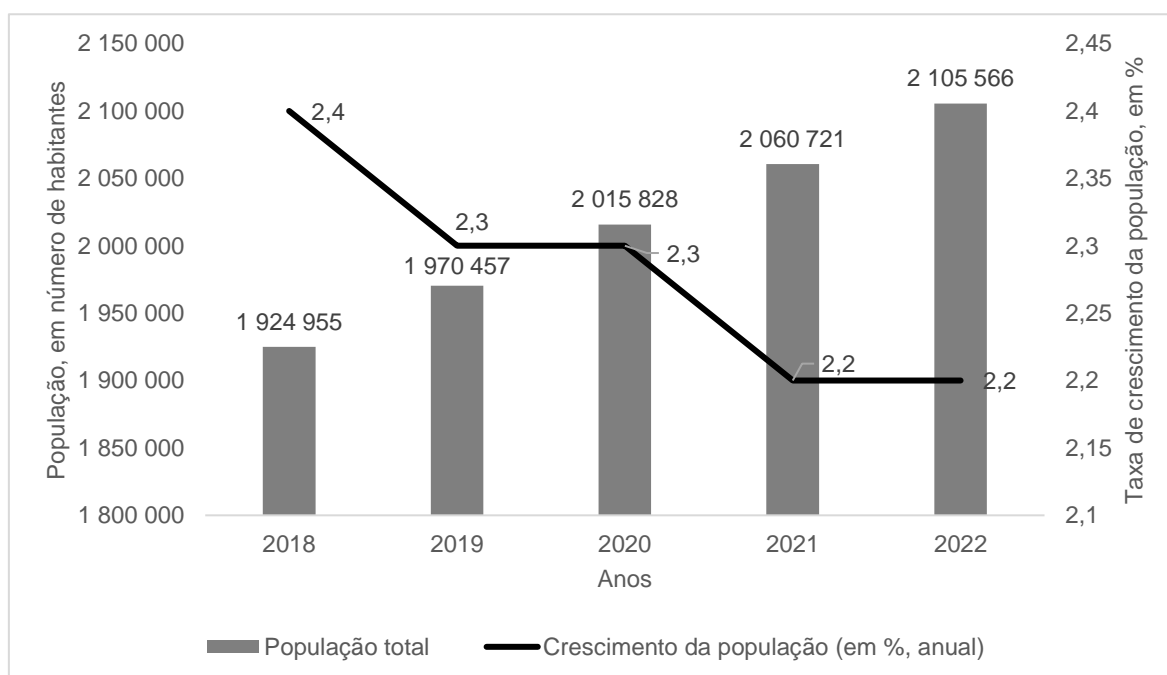


Figura 6: Evolução da população (em número de habitantes) e da sua taxa de crescimento (em %), entre 2018 e 2022.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

Como se pode observar, a população da Guiné-Bissau continua a crescer, ainda que a um ritmo cada vez menor. Assim, no ano de 2018, existiam 1 924 955 habitantes, tendo aumentado para 2 105 566 habitantes, no ano de 2022. Relativamente à taxa de crescimento, da população, ela é positiva, mas decrescente, isto é a população está a crescer, mas a um ritmo cada vez menor. Este indicador apresenta os valores de 2,4% em 2018, 2,3% nos anos de 2019 e 2020 e, finalmente, 2,2% nos anos de 2021 e 2022.

A esperança média de vida é um indicador social que também permite aferir sobre a qualidade de vida de um país. Este indicador evidencia a esperança de vida à nascença indicando o número de anos que um recém-nascido viveria com o padrão de mortalidade atual, ao longo de toda a sua vida. Assim, a esperança média de vida dos habitantes da Guiné-Bissau é era de 61 anos nos anos de 2018 e 2019, e de 60 anos, nos anos de 2020, 2021 e 2022.

A migração líquida (saldo migratório) é o total líquido de migrantes durante um determinado período, ou seja, o número de imigrantes menos o número de emigrantes, incluindo cidadãos e não cidadãos.

A circulação de pessoas, na maioria das vezes através da migração, é uma parte significativa da integração global. Os migrantes contribuem para as economias tanto do país de acolhimento como do país de origem. No entanto, é difícil recolher estatísticas fiáveis sobre a migração e muitas vezes as mesmas encontram-se incompletas, o que torna difícil o estabelecimento de comparações internacionais.

Os padrões de migração globais tornaram-se cada vez mais complexos, uma vez que envolvem refugiados e um número muito elevado de migrantes económicos, que são pessoas que procuram em outro país que não seja o da sua atual residência, um emprego que lhes permita aceder a condições de vida mais favoráveis, do que as oferecidas pelo seu país de origem. Assim, os migrantes, especialmente os migrantes económicos, optam por mudar-se para melhorar as perspetivas futuras deles próprios e das suas famílias.

Por se considerar que este é um indicador importante, a figura seguinte (Figura 7) evidencia a migração líquida (saldo migratório) da Guiné-Bissau, entre 2018 e 2021.

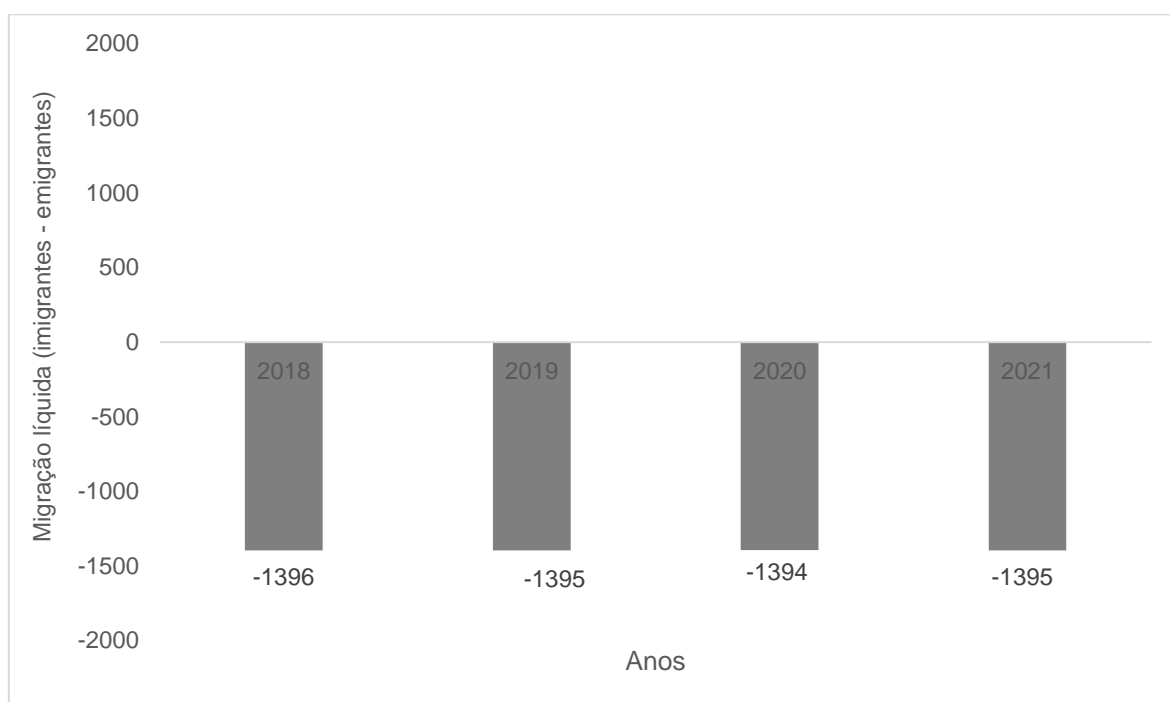


Figura 7: Migração líquida (imigração – emigração), entre 2018 e 2022.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

Tal como se pode observar através da figura anterior, o saldo migratório tem sido sempre negativo no período analisado, o que significa que têm saído mais pessoas da Guiné-Bissau, do que as que têm entrado no país. Sem dados disponíveis para o ano de 2022, o valor para este indicador foi de -1395 indivíduos no ano de 2021, o que significa que o país perdeu (entre pessoas que entraram e pessoas que saíram do país), 1395 habitantes.

Um indicador que é importante ser apresentado é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que reflete as contribuições da saúde e da educação para a produtividade do trabalhador. A pontuação

final do índice varia de zero a um e mede a produtividade do futuro trabalhador da criança nascida hoje em relação ao referencial de saúde plena e educação completa. Comumente, utiliza-se também o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDH-D), que ajusta o IDH para levar em consideração as desigualdades na distribuição de cada um dos três componentes (saúde, educação e padrão de vida) dentro de um país. No entanto, por indisponibilidade de dados para este indicador, para todos os anos em que se está a realizar a análise, apresenta-se apenas a análise para o IDH, cuja evolução consta da figura seguinte (Figura 8).

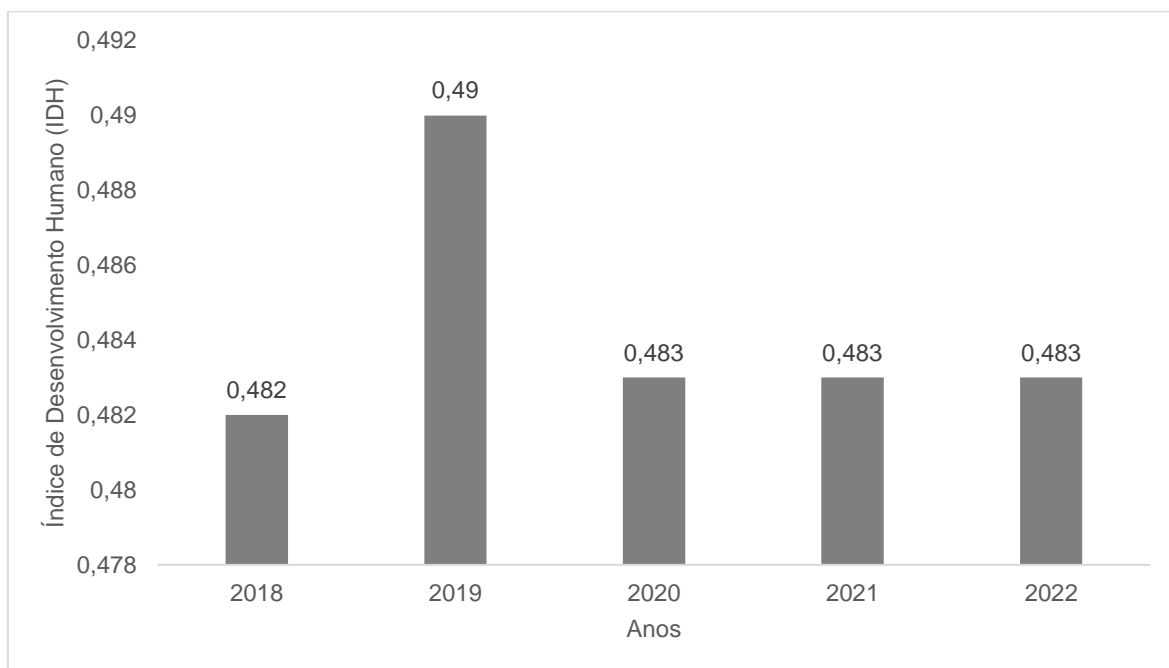


Figura 8: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, entre 2018 e 2022.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

A evolução deste indicador é pautada por um aumento, entre os anos de 2018 e 2019, anos em que o indicador aumentou de 0,482 para 0,49, seguida de uma diminuição, entre os anos de 2019 e 2020, em que o IDH diminuiu de 0,49 para 0,483. Este indicador manteve-se constante, neste valor, nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Um outro indicador social, neste caso medida de igualdade/desigualdade, que importa analisar é o Índice de Gini. O Índice de Gini mede o desvio da distribuição do rendimento ou das despesas de consumo entre indivíduos ou famílias dentro de uma determinada economia face a uma hipotética distribuição perfeitamente igual. Assim, um índice de Gini de 0 representa uma igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica uma desigualdade perfeita. A evolução deste indicador encontra-se descrita na figura seguinte (Figura 9).

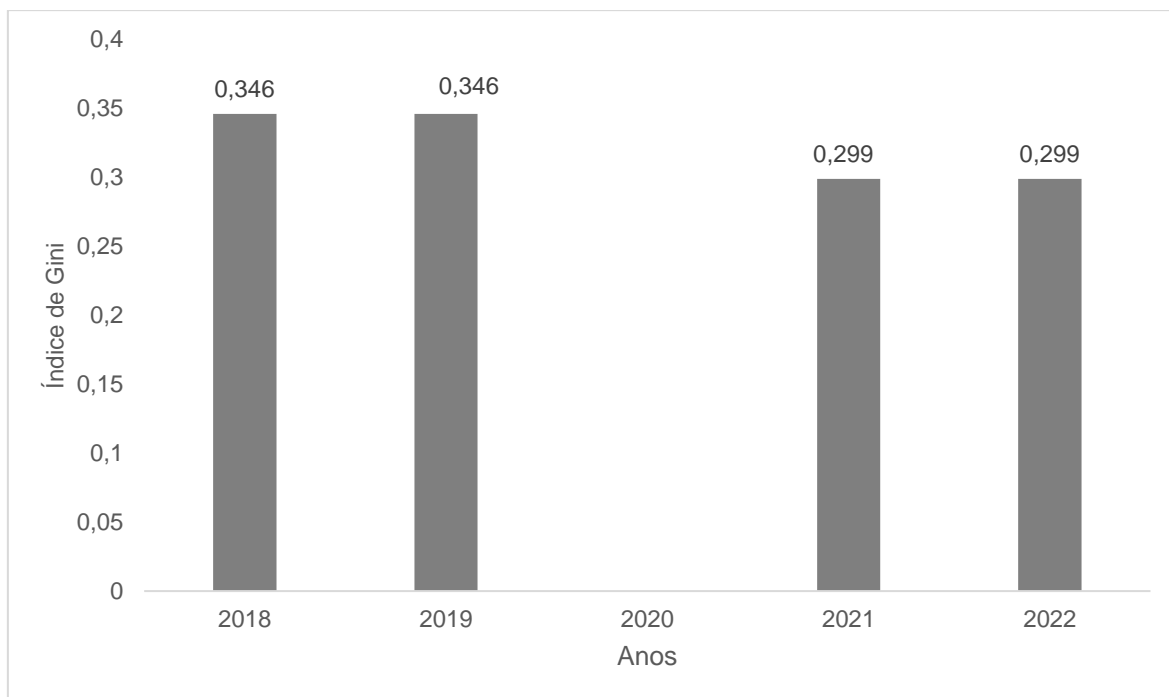


Figura 9: Evolução do Índice de Gini, entre 2018 e 2022.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

Assim, pela análise da figura anterior, constata-se que este indicador se tem aproximado do zero, pelo que se pode considerar que se encontra com uma evolução favorável. Em 2018 e 2019 o Índice de Gini era de 0,346, sendo tanto em 2021 como em 2022 de 0,299. Destaca-se que não existem dados disponíveis para o ano de 2020, pelo que o valor deste indicador para este ano não é apresentado.

O saneamento é fundamental para o desenvolvimento humano, sendo o acesso ao saneamento adequado também considerado um direito humano, e não um privilégio, para todos os homens, mulheres e crianças.

O saneamento inadequado é uma das principais causas de doenças em todo o mundo e sabe-se que a melhoria do saneamento tem um impacto benéfico significativo na saúde das pessoas. Os efeitos combinados do saneamento inadequado, do abastecimento de água inseguro e da falta de higiene pessoal são responsáveis por muitas das mortes infantis. Todos os anos, a incapacidade de resolver estes défices resulta em graves perdas de bem-estar – perda de tempo, redução da produtividade, problemas de saúde, dificuldades de aprendizagem, degradação ambiental e oportunidades perdidas. São necessárias mudanças fundamentais de comportamento antes que a utilização de instalações e serviços melhorados possa ser integrada na vida quotidiana.

Muitos comportamentos e hábitos de higiene são formados na infância e, portanto, os programas de saúde escolar e de educação sobre higiene são uma parte importante das melhorias na água e no saneamento.

A implementação da maioria das tecnologias de saneamento básico não é dispendiosa, contudo, aqueles que enfrentam problemas de saneamento inadequado podem não estar conscientes da origem dos seus males, nem dos verdadeiros custos da falta de saneamento e higiene.

Como resultado, na maioria dos países em desenvolvimento, é difícil convencer aqueles que não têm saneamento da necessidade de investir recursos escassos em instalações de saneamento, ou da importância crítica de mudar hábitos de longa data e comportamentos anti-higiênicos.

Consequentemente, os representantes do povo – governos e líderes políticos eleitos – raramente dão ao saneamento ou às melhorias de higiene a prioridade necessária para resolver o enorme déficit de saneamento enfrentado pelo mundo em desenvolvimento.

As crianças suportam o peso dos impactos relacionados com o saneamento - a sua saúde, nutrição, crescimento, educação, respeito próprio e oportunidades de vida sofrem como resultado de saneamento inadequado. Sem saneamento melhorado, é pouco provável que muitas das atuais gerações de crianças nos países em desenvolvimento desenvolvam todo o seu potencial.

Face ao exposto, e considerando que este é um indicador importante face à realidade e desenvolvimento atual do país, apresenta-se a evolução do indicador relativo às pessoas que utilizam serviços de saneamento geridos de forma segura (em percentagem da população). A informação pode ser visualizada na figura seguinte (Figura 10), que evidencia a evolução do indicador pessoas que utilizam serviços de saneamento geridos de forma segura (em % da população), entre os anos de 2018 e 2022.

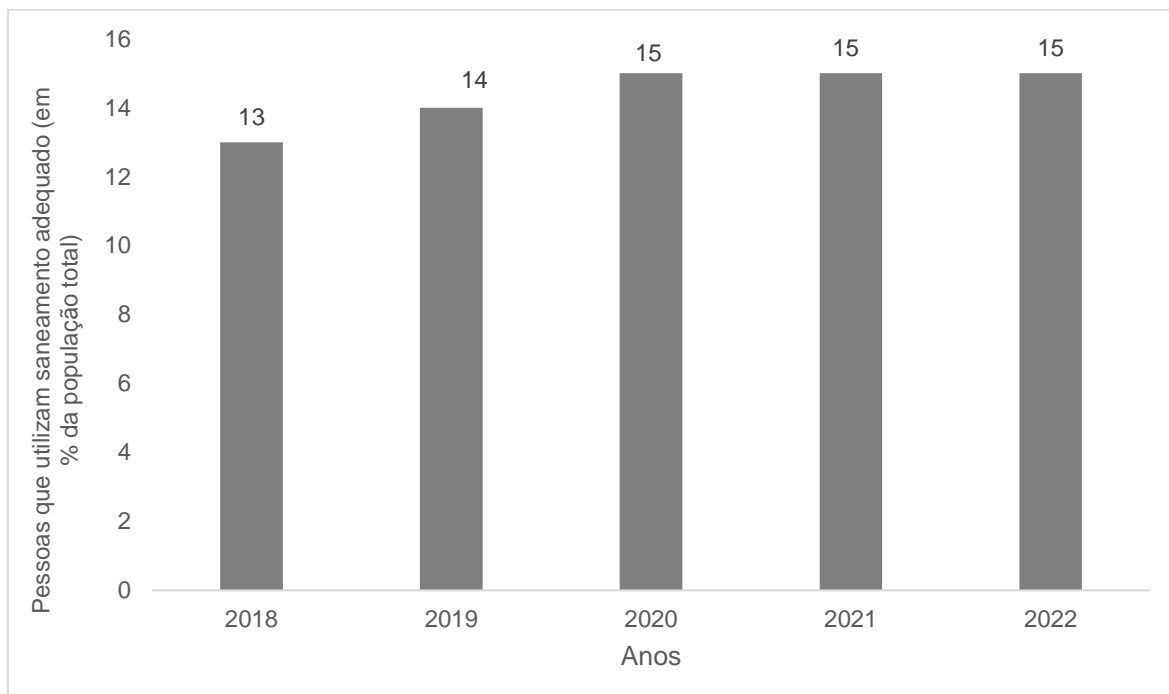


Figura 10: Evolução das pessoas que utilizam saneamento adequado (em % da população total), entre 2018 e 2022.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

Conclui-se pela análise da figura anterior, que este indicador tem evoluído positivamente. No ano de 2018 a percentagem da população que utilizava ou tinha recurso a saneamento adequado (conceito anteriormente definido), era de 13%, sendo em 2022, de 15%, isto é, este indicador teve um aumento de dois pontos percentuais.

De destacar, no entanto, que dada a importância deste indicador, é urgente a necessidade de se agilizar todo o processo para uma implementação de saneamento adequado, uma vez que este é um indicador básico de saúde pública que está na base a todo um processo de melhoria de condições básicas de vida da população.

Manter serviços elétricos fiáveis e seguros, enquanto se procura descarbonizar rapidamente os sistemas energéticos, é um desafio fundamental para países de todo o mundo. A dependência dos países face à eletricidade é cada vez maior, uma vez que uma indústria crescente tem necessidades de consumo de eletricidade cada vez maiores.

Efetivamente, a energia é necessária para criar as condições para o crescimento económico. Apesar de a maioria dos países mais desenvolvidos se encontrar empenhada em encontrar fontes energéticas limpas e renováveis, nos países em desenvolvimento, e com um setor industrial também em desenvolvimento, a sua prioridade mais imediata será a alimentação energética dessa indústria, passando a questão da sustentabilidade da energia e da sua proveniência para segundo plano.

Assim, a justificação da inclusão deste indicador relaciona-se diretamente com o facto de que o acesso à eletricidade é crucial para o desenvolvimento humano, uma vez esta é, na prática, indispensável para certas atividades básicas, tais como a iluminação, a refrigeração e o funcionamento de eletrodomésticos, não podendo ser facilmente substituída por outras formas de energia.

O acesso dos indivíduos à eletricidade é uma das indicações mais claras e não distorcidas do estado de pobreza energética de um país, estando cada vez mais na vanguarda das preocupações dos governos, especialmente nos países em desenvolvimento, uma vez que a utilização de energia é fundamental para melhorar o padrão de vida das pessoas.

Desta forma, apresenta-se o indicador acesso à eletricidade, que resulta da percentagem da população com acesso à eletricidade. Os dados de eletrificação são recolhidos a partir da indústria, de inquéritos nacionais e de fontes internacionais, encontrando-se os dados de 2018 a 2021 (os dados de 2022 não se encontram disponíveis, na figura seguinte (Figura 11).

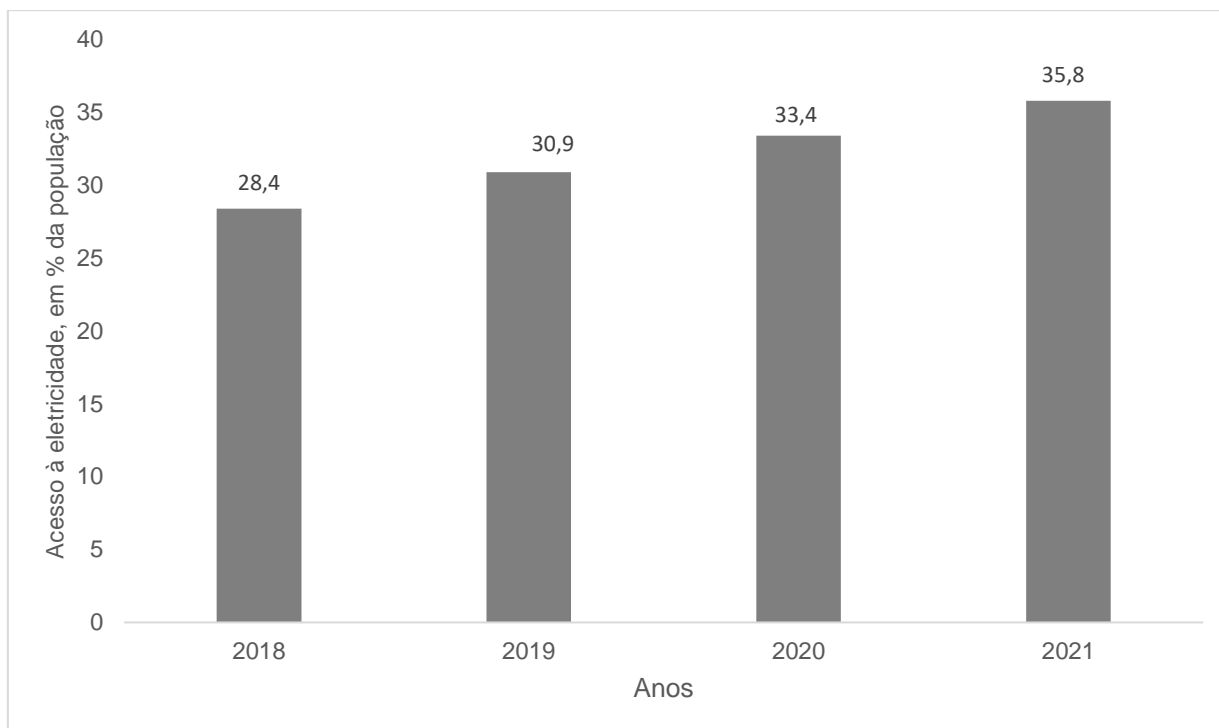


Figura 11: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, entre 2018 e 2021.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

A partir da figura anterior é possível observar que o acesso à eletricidade, mais concretamente, a percentagem da população com acesso à eletricidade tem aumentado entre 2018 e 2021 (último ano para o qual existem dados disponíveis). Assim, no ano de 2018, 28,4% da população da Guiné-Bissau tinha acesso à eletricidade e no ano de 2021, esse acesso já era conseguido por 35,8% do total da população.

A par da utilização da eletricidade, também a utilização da Internet é um indicador passível de ser considerado. Considera-se como utilizadores da Internet os indivíduos que utilizaram a Internet (de qualquer local) nos últimos três meses. A Internet pode ser utilizada através de um computador, telemóvel, assistente pessoal digital, máquina de jogos, TV digital, etc.

Os *smartphones* e *tablets* de hoje têm potência computacional equivalente à dos computadores de ontem e oferecem uma gama semelhante de funções. São necessárias estatísticas comparáveis sobre o acesso, a utilização, a qualidade e a acessibilidade das TIC para formular políticas que permitam o crescimento do sector e para monitorizar e avaliar o impacto do sector no desenvolvimento. Embora estejam disponíveis dados básicos de acesso para muitos países, na maioria dos países em desenvolvimento pouco se sabe sobre quem utiliza as TIC; para que servem (escola, trabalho, negócios, pesquisa, governo); e como afetam pessoas e empresas.

Face ao exposto, a figura seguinte (Figura 12), evidencia a percentagem da população que utiliza a Internet (dentro dos padrões já mencionados).

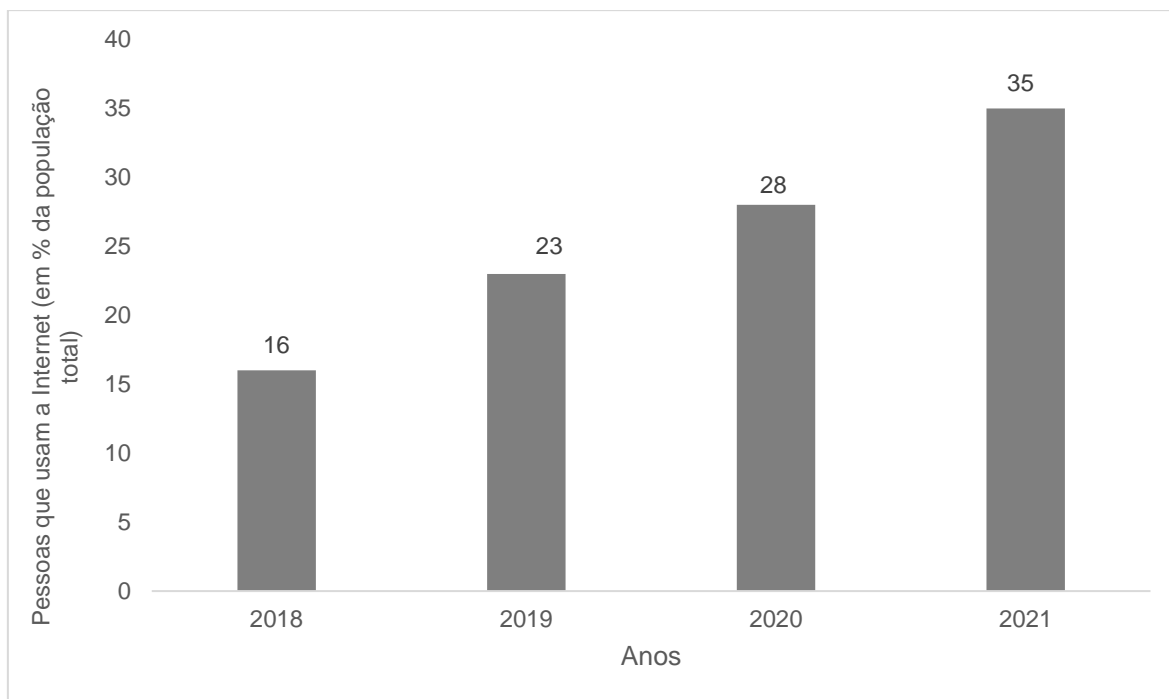


Figura 12: Evolução de indivíduos que utilizam a Internet (em % da população total), entre 2018 e 2021.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos do World Bank.

Assim, reconhece-se como positiva a evolução deste indicador uma vez que no espaço de apenas quatro anos, o seu valor mais do que duplicou. Assim, em 2018, apenas 16% da população tinha acesso à Internet (considerando o padrão definido anteriormente), e no ano de 2021, esse acesso já é conseguido por 35% da população. Os dados para o ano de 2022 não se encontram disponíveis, pelo que não incluídos na análise.

Destaca-se ainda que a Parceria global para a Medição das TIC para o Desenvolvimento está a ajudar a estabelecer padrões, a harmonizar as estatísticas sobre tecnologias de informação e comunicação e a criar capacidade estatística nos países em desenvolvimento. No entanto, apesar das melhorias significativas no mundo em desenvolvimento, o fosso entre os que têm e os que não têm TIC permanece.

3.4. Síntese conclusiva dos indicadores

Esta análise dos indicadores macroeconómicos e sociais da Guiné-Bissau no período de 2018 a 2022 permitiu a discussão de vários tópicos associados ao PIB, PIB per Capita, Taxa de Desemprego, Taxa de Inflação, População e Crescimento, Esperança Média de Vida e IDH.

Concretamente, os indicadores macroeconómicos mostram que o PIB, a preços correntes, mostra variações ao longo dos anos, com uma tendência de decrescimento entre 2018 e 2020, seguida de crescimento em 2021 e ligeira queda em 2022. O valor mais alto foi alcançado em 2021.

Em relação ao PIB per Capita, verificou-se que este indicador segue uma tendência semelhante de decrescimento, crescimento e, novamente, decrescimento. 2021 teve o valor mais alto.

Já a taxa de desemprego variou ao longo dos anos, atingindo o seu pico em 2021, com 3,7%. É importante destacar que a interpretação é complexa devido à presença significativa de emprego informal e falta de um sistema de proteção social desenvolvido.

Acrescenta-se ainda que a Guiné-Bissau enfrentou um aumento notável da taxa de inflação, especialmente em 2022, devido ao aumento dos preços dos combustíveis e *commodities*.

No que concerne aos indicadores sociais, compreendeu-se que a população continua a crescer, embora a uma taxa decrescente. A taxa de crescimento populacional diminuiu de 2,4% em 2018 para 2,2% em 2022. A esperança média de vida à nascença diminuiu de 61 anos em 2018 para 60 anos em 2022.

O IDH mostrou um aumento de 2018 a 2019 e, em seguida, uma diminuição em 2020. Permaneceu constante nos anos subsequentes.

A migração líquida, que é a diferença entre o número de imigrantes e emigrantes, desempenha um papel fundamental na dinâmica global. Os migrantes, sejam eles refugiados ou migrantes económicos, procuram melhores oportunidades em países diferentes de suas residências atuais, contribuindo para as economias tanto de seus países de origem quanto dos países de acolhimento. No entanto, a obtenção de estatísticas precisas sobre a migração é um desafio, e a falta de dados confiáveis muitas vezes dificulta comparações internacionais.

No caso específico da Guiné-Bissau, a análise da migração líquida entre 2018 e 2021 revela um saldo migratório consistentemente negativo. Isso significa que mais pessoas deixaram o país do que as que entraram. No ano de 2021, o saldo migratório foi de -1395 indivíduos, indicando uma perda populacional significativa para o país. Dada essa tendência, a Guiné-Bissau enfrenta desafios em relação à emigração, o que pode ter implicações para a economia e a demografia do país no futuro. É importante acompanhar de perto essas tendências e considerar estratégias para abordar os fatores que levam à emigração em grande escala.

O Índice de Gini mede a desigualdade na distribuição de renda ou despesas dentro do país. A evolução deste índice na Guiné-Bissau mostra uma melhoria, com uma tendência em direção a uma distribuição de renda mais equitativa entre 2018 e 2022.

O acesso ao saneamento adequado é essencial para a saúde e o bem-estar da população. A análise destaca a importância de investir em saneamento para melhorar as condições de vida da população e reduzir as doenças relacionadas ao saneamento inadequado. Houve um aumento na percentagem da população com acesso ao saneamento adequado entre 2018 e 2022.

O acesso à eletricidade desempenha um papel crucial no desenvolvimento humano, permitindo atividades básicas como iluminação, refrigeração e uso de eletrodomésticos. Os dados indicam que o acesso à eletricidade na Guiné-Bissau aumentou de 28,4% em 2018 para 35,8% em 2021, embora dados para 2022 não estejam disponíveis.

Por fim, o acesso à Internet é um indicador importante da inclusão digital e do desenvolvimento. Entre 2018 e 2021, a percentagem da população que utiliza a Internet mais do que duplicou,

passando de 16% para 35%. Isso demonstra um aumento significativo na conectividade e no acesso à informação.

No entanto, a análise também destaca que, apesar das melhorias, persistem desafios, como a necessidade de reduzir o fosso digital e garantir que mais pessoas tenham acesso a serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC). No geral, esses indicadores oferecem uma visão do progresso e das áreas em que ainda é necessário trabalhar para melhorar as condições de vida e o desenvolvimento humano na Guiné-Bissau.

Em suma, estes indicadores fornecem uma visão abrangente do panorama económico e social da Guiné-Bissau durante o período analisado, destacando desafios e tendências importantes.

Discussão dos resultados

A análise aborda duas perspetivas importantes sobre a economia e os impostos da Guiné-Bissau, uma proveniente de entrevistas com profissionais da região e outra baseada na análise de indicadores macroeconómicos e sociais.

Concretamente, com esta discussão foi proposto recolher informações de pagamento dos impostos das empresas através do contacto ao Ministério das Finanças, determinando a ponderação dos impostos pagos pelas empresas no orçamento geral de Estado e ainda compreendendo a sua ponderação, recorrendo a indicadores disponibilizados. Desta análise pondera-se a carência de informação referente aos documentos obtidos, que limitaram a análise e conclusão sobre os mesmos.

Ainda assim, perante o material em acesso, discute-se que o Ministério das Finanças, integrando a Secretaria de Estado do Tesouro e a Secretaria de Estado do Orçamento e Assuntos Fiscais, tem como missão formular, propor, coordenar e executar as políticas do Governo em matéria de gestão das finanças do Estado, nos domínios do orçamento, sistema fiscal, tesouro, património,

privatizações, seguros e sistema financeiro descentralizado, bem como as políticas dirigidas às atividades económicas e à implementação das políticas de integração regional. Das entrevistas realizadas observou-se que descrição da estrutura do Ministério das Finanças, incluindo as direções gerais responsáveis pela gestão de receitas e despesas, fornece uma visão interna da organização que influencia a política fiscal do país.

Da cultura de pagamento de impostos destaca-se o turismo como criador de receitas para o governo através de impostos, taxas e outras formas de cobrança. Isso pode ajudar a financiar serviços públicos e projetos de desenvolvimento. O desenvolvimento do turismo leva à construção de novas infraestruturas beneficiam a cultura, economia e população local (Junior et al., 2022). Contudo a falta de uma cultura consolidada de pagamento de impostos é identificada como um problema. A falta de compreensão do pagamento de impostos como um ato de civismo é um desafio. Como solução aponta-se a educação fiscal, podendo intervir e educar comportamentos locais sobre o mesmo.

A Guiné-Bissau tem investido consideravelmente na conservação da sua biodiversidade e também nos seus ecossistemas ao longo dos últimos anos. O reconhecimento da função fundamental que outras áreas cumprem para a base das atividades económicas regionais e locais e sustento das populações. Esta região tem potencial de crescimento económico e de emprego, como efeito o turismo e ecoturismo (Aneme & Aida, 2018). As grandes empresas são identificadas como os principais contribuintes devido às grandes transações comerciais que realizam. Isso destaca a importância de manter um ambiente de negócios favorável para essas empresas.

Contudo, no que diz respeito aos desafios económicos, além da falta de consciencialização sobre o pagamento de impostos, compreendeu-se que esta região enfrenta desafios significativos em relação à saúde, educação, infraestrutura e acesso aos serviços básicos, sendo caracterizada por ter uma maior estabilidade política e institucional, embora também tenha enfrentado desafios significativos em relação à governança e direitos humanos. O país enfrenta desafios como défice orçamentário crónico e dependência de parceiros de desenvolvimento para financiar projetos, tais problemas podem ser causados pela falta de empresas maduras que criem estabilidade à economia.

Os indicadores macroeconómicos permitiram analisar que existem variações ao longo dos anos, refletindo períodos de crescimento e queda na economia, sendo que o ano de 2021 foi marcado por um aumento notável.

Da análise da literatura observou-se que a economia da Guiné-Bissau é baseada principalmente na agricultura. E de acordo com dados do Banco Mundial, a agricultura representa cerca de 52% do PIB do país (Djú et al., 2021). Mas o meio rural pode trazer vários problemas sociais, associados à taxa de desemprego e de inflação.

Em 2021, a Guiné-Bissau atingiu seu pico de taxa de desemprego, atingindo 3,7%. Contudo, a interpretação desse número pode não corresponder à realidade, por existir uma presença significativa de emprego informal (muitos observados no meio agrícola). Isso sugere que o desemprego oficial possa não refletir completamente a realidade, já que muitas pessoas podem

estar envolvidas em atividades econômicas não registadas ou não remuneradas. Além disso, a falta de um sistema de proteção social desenvolvido pode significar que o desemprego real é mais alto do que as estatísticas oficiais indicam. Isso destaca a importância de não apenas analisar as taxas de desemprego, mas também considerar o emprego informal e as condições de trabalho.

A Guiné-Bissau enfrentou um aumento notável da taxa de inflação, particularmente em 2022. A inflação é um indicador crítico, uma vez que o aumento constante dos preços pode prejudicar o poder de compra das pessoas e a estabilidade econômica. Nesse contexto, a alta inflação pode representar um desafio significativo para a população, especialmente quando combinada com baixos salários e a ausência de um sistema de proteção social robusto.

Os indicadores sociais mostram que a população africana é significativamente jovem e está em rápido crescimento, o que tem implicações importantes para o desenvolvimento econômico e social. A taxa de crescimento populacional está a diminuir, o que pode ser um sinal de mudanças demográficas na região. O rápido crescimento populacional pode representar oportunidades econômicas, mas também desafios em termos de fornecimento de serviços básicos, como saúde, educação e emprego.

A diminuição ligeira na esperança média de vida à nascença durante o período analisado é um ponto de preocupação. Isso pode indicar desafios na área de saúde ou acesso a serviços de cuidados de saúde adequados. Considera-se importante monitorar essas tendências para garantir que os sistemas de saúde sejam eficazes e acessíveis à população.

O IDH é uma métrica crucial para avaliar o bem-estar econômico e social de um país. As flutuações no IDH ao longo dos anos refletem mudanças na saúde, educação e padrão de vida. O aumento em 2019 e a diminuição em 2020 podem indicar áreas em que o país precisa melhorar para elevar o nível de desenvolvimento humano. Destaca-se a importância em implementar políticas que visem fortalecer a educação, a saúde e o padrão de vida da população.

Conclusões

Paralelamente às grandes empresas, também as micro, pequenas e médias empresas têm um impacto significativo para o Orçamento Geral de Estado da Guiné-Bissau, uma vez que com o emprego e produto gerado contribuem para o desenvolvimento económico e social do país. Estas empresas fazem as suas contribuições através do pagamento de impostos, sem as quais o Estado não conseguiria funcionar e dar cumprimento às suas obrigações, como o pagamento de salários aos trabalhadores da função pública, mas também à manutenção das infraestruturas, tais como edifícios, estradas, pontes, redes de energia e água e de energia elétrica, fundamentais para o desenvolvimento económico e social do país.

Assim como em muitos outros países, o Estado guineense assume um conjunto de responsabilidades sociais com o objetivo de promover o bem-estar e o desenvolvimento dos seus cidadãos e cidadãs. De entre as diversas funções sociais do Estado destaca-se a educação (através da construção, manutenção e funcionamento das escolas), a saúde (por exemplo, através do funcionamento dos hospitais), o sistema de segurança social, a justiça e a proteção dos direitos humanos.

A economia guineense enfrenta desafios significativos, sendo de destacar que o papel do Estado se afigura como essencial para a definição e o desenvolvimento de políticas, através do estabelecimento de prioridades. Estes desafios prendem-se com a instabilidade política vivenciada nas últimas décadas, nas quais vários governos assumiram o poder, mas também com o facto de o país ser uma democracia ainda relativamente jovem, logo, enfrenta um conjunto de desafios específicos que podem afetar a sua consolidação e estabilidade, nomeadamente, a corrupção, a fragilidade de algumas instituições (destaca-se, por exemplo, o facto de a estrutura dos ministérios e respetivos órgãos e divisões) mudar com alguma frequência, não havendo espaço temporal para consolidar as mudanças desejadas, a fragilidade de algumas instituições, a desigualdade e a exclusão, questões como a educação, a educação cívica e a participação e conflitos de interesses, entre outros aspetos. Enfrentar esses desafios requer esforços contínuos por parte das instituições democráticas, dos cidadãos e da sociedade civil para fortalecer a governação, a participação, a igualdade e a transparência. A consolidação de uma democracia jovem é um processo complexo que exige tempo, paciência e comprometimento de todas as partes interessadas.

No que respeita à dimensão económica, as micro e PME guineenses geram emprego direto para os cidadãos e cidadãs do país, adicionalmente, elas contribuem com os seus impostos para a receita pública e ainda com ações que se enquadram no âmbito da responsabilidade social e ambiental, que a par dos contributos monetários, por via do pagamento dos impostos, são também fundamentais para que o país possa progredir em direção a um marco de sustentabilidade.

No geral, esses indicadores fornecem informações essenciais sobre o desenvolvimento humano e as áreas que requerem atenção contínua na Guiné-Bissau. Melhorias em migração, igualdade de renda, saneamento, acesso à eletricidade e conectividade digital podem contribuir para um futuro mais próspero e equitativo no país.

Pode assim afirmar-se que as micro e PME e as grandes empresas contribuem positivamente para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau, pois assumem um papel de extrema importância no Orçamento Geral do Estado do país, tanto ao nível da geração de produto e na criação de empregos diretos e indiretos, como na geração de receita fiscal.

Limitações do estudo e recomendações para futuras investigações

Esta investigação não ficaria concluída sem serem delineadas as limitações encontradas ao longo do trabalho desenvolvido, fazendo sentido expor-se algumas recomendações e sugestões para estruturação do desenvolvimento em futuras investigações.

A primeira limitação desta investigação relaciona-se diretamente com a insuficiência das informações relativas ao tecido económico e empresarial na Guiné-Bissau. Esta situação decorre do facto de que muitas empresas que se encontram a operar, não constam da base de dados de Centro de Formalização de Empresa (CFE), ou seja, funcionam de forma informal. Maioritariamente, trata-se de empresas de dimensão micro e que se encontram enquadradas na classificação C para as repartições dos bairros fiscais do Ministério das Finanças.

Uma outra limitação verificada durante investigação foi a falta ao acesso a uma base de dados das empresas de todas as categorias do setor, com dados de (empresas) enquadradas em todas as tipologias, isto é, desde micro, pequenas e médias empresas e também das grandes empresas. De

mencionar que esta base de dados deverá ser da responsabilidade da entidade promotora e coordenadora do setor no caso da Câmara do Comércio da Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS).

A terceira e última limitação foi a falta de existência de um sistema de contabilidade organizada por parte de grande maioria das empresas, neste caso concreto, por parte das microempresas, que dificulta à Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) a elaboração de uma previsão no que respeita às receitas fiscais a arrecadar no ano seguinte.

Uma vez que a recolha de receitas do sistema tributário nacional, para estas empresas, tem um carácter declarativo, isto é, assume por base os balanços, as demonstrações de resultados e os relatórios de conta das empresas.

Como recomendações para futuras investigações nestas temáticas, salienta-se a importância de alargar as amostras dos participantes (neste caso das pessoas entrevistadas) aos escalões das empresas utilizando, por exemplo, uma metodologia quantitativa e que permita obter um maior conjunto de dados, nomeadamente, com recurso a inquérito por questionário. A adoção deste instrumento permitiria inquirir um conjunto de indivíduos sobre uma determinada realidade ou fenómeno social, tendo em conta a caracterização dos elementos identificadores desta população/empresas que opera no país de forma a possibilitar a recolha dos dados pretendidos.

Recomenda-se ainda que um estudo deste tipo, para além de incluir o mapeamento do tecido empresarial guineense, poderia ser realizado com recurso a um instrumento (questionário), que permitisse uma recolha mais abrangente de dados, nomeadamente, contendo um conjunto de questões que permitisse obter respostas fechadas e de um conjunto questões que permitisse obter respostas abertas. Esta recolha de dados contribuiria para uma visão mais holística do tecido empresarial guineense e, conseqüentemente, para um melhor e mais profundo conhecimento do ecossistema empresarial do país.

Para tal, faz todo sentido desenvolver este tipo de investigação ao nível de setor empresarial, contribuindo assim o mapeamento da esfera empresarial, visando produzir informações que possam apoiar a futura elaboração da estratégia pública de desenvolvimento do setor privado, sendo para tal essencial conhecer melhor a classe empresarial, no que respeita à sua capacidade atual instalada, potencial de crescimento, necessidades e constrangimentos atuais e seu desenvolvimento.

Considera-se assim, que a realização de um estudo com estas características é imprescindível para o conhecimento do tecido empresarial do país, pois atualmente não existe um conhecimento sólido sobre empresas, empresários e empreendedores guineenses, bem como sobre a contribuição dos mesmos para o processo do desenvolvimento do país.

Referências

- Alves, A., Nascimento, A., Ulhôa, A. Batista, B., Capela, C., Venturine, C., Rodrigues, D., Moreira, E., Ribeiro, E., Silva, F., Demba, J., Paz Lapa, L., Mota, M., Fortunato, M., & da Silva, P. (2021). In P. Sá, A. P. Costa, & A. Moreira (Eds.), *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: Recolha de dados* (Vol. 2, pp.). UA Editora.
- American Psychological Association. (2010). *Publication manual of the American Psychological Association* (6th ed.). Washington, DC: American Psychological Association.
- Anthony, R., & Young, D. (1999). *Management control in nonprofit organizations* (11th ed.). Boston, MA: McGraw-Hill.
- Balakrishnan, R., Pugely, A., & Shah, A. (2017). Modeling resource use with time equations: Empirical evidence. *Journal of Management Accounting Research*, 29(1), 1-12. doi:10.2308/jmar-51444
- Baldé, B. (2023). *Organizações da sociedade civil da Guiné-Bissau: debatendo o seu papel no desenvolvimento das comunidades locais do país*.
- Barros-Varela, O. (2022). África, o berço da modernidade: por uma visão pós-colonial da modernidade e do território. *Territórios, cidades e identidades africanas em movimento*, 11-31.
- Djau, M. A. (2019). *A Guiné-Bissau em face do processo de integração econômica e monetária na África ocidental: contemplando a integração regional como instrumento de promoção do desenvolvimento*.
- Djú, D., Júnior, C. Z. J., NBali, N. N., Barbosa, I. J., da Costa, Y. K. S., Sanó, L., ... & da Silva, F. N. (2021). *Benefícios e desafios da agricultura orgânica em Guiné-Bissau: um estudo de caso*. Agroecologia: Métodos E Técnicas Para Uma Agricultura Sustentável-Volume 5, 5(1), 47-55.
- Dorigo, M., & Blum, C. (2005). Ant colony optimization theory: A survey. *Theoretical Computer Science*, 243-278 doi:10.1016/j.tcs.2005.05.020
- Embaló, A., Wilke, E. P., & Joia, P. R. (2020). Turismo em Guiné-Bissau. *Cultur-Revista de Cultura e Turismo*, 14(01).
- Epps, R. (2006). *Corporate Governance and Earnings Management: The Effects of Board Composition Size, Structure and Board Policies on Earnings Management*. Obtido em 20 de dezembro de 2006, de <http://ssrn.com/paper=929312>
- Guimarães, R. C., & Cabral, J. A. (2011). *Estatística*. Lisboa: Verlag-Dashofer.
- Fernandes, P. O., Nunes, A., Lopes, I. M., Pereira, J. P., Teixeira, J. P., Leite, J., ... & Navarro García, A. (2020). *XXX Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica: livro de resumos*.

- Junior, A. C., da Silva, E. V., Jalane, O. I., & Sopchaki, C. H. (2022). Caracterização do turismo e impactos nas comunidades locais do arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau). *Revista de Geociências do Nordeste*, 8(1), 148-159.
- Lema, F., Mateus, Ó., Valentim, R., Morais, J. S., Quintas, H., & Ramalhosa, E. (2022). Caracterização química preliminar do pedúnculo carnudo do fruto do caju colhido na Guiné-Bissau. III Simpósio Nacional dos Frutos Secos, 123-124.
- Makridakis, S., Wheelwright, S. C., & Hyndman, R. J. (1998). *Forecasting: Methods and Applications*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Manhique, I. L. E., & Casarin, H. D. C. S. (2019). Dimensões teóricas e epistemológicas da competência informacional na África Subsaariana. *Informação & Sociedade*, 29(2).
- Moreira, J. A. (2009). *Investigação em contabilidade financeira: Três contribuições seminais*. Em M. J. Major, & R. Vieira (Ed.), *Contabilidade e controlo de gestão: Teoria, metodologia e prática* (pp. 91-127). Lisboa: Escolar Editora.
- Okpaleke, F. N., Okoli, A. C., & Abraham-Dukuma, M. (2022). Covid-19 e securitização de suas ameaças na África subsaariana. *Revista Brasileira de Estudos Africanos= Brazilian Journal of African Studies*, 7(13).
- Siga, B. (2021). *Desenvolvimento nas regiões do norte da Guiné-Bissau: um olhar sobre o empreendedorismo rural*.
- Siga, B., & de Lima, J. F. (2022). O Programa de Ajustamento Estrutural da Guiné Bissau. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, 21(41).
- Teixeira, S. R. D. A. (2022). *Caracterização e análise da sustentabilidade da atividade pesqueira na República da Guiné-Bissau, Costa Ocidental da África*.
- Vasco, D. J. (2022). Localização Geografia do Continente africano: Situação geografia do Continente africano. *Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea*, 3(01), 07-13.
- Vaz, I. A. D. C. (2022). *Procedimentos e processos de auditoria fiscal nas pequenas e médias empresas na Guiné-Bissau* (Doctoral dissertation).

Decreto-lei:

- Decreto-Lei n.º 108/2011, 17 de novembro. (2011). *Diário da República Eletrónico*, 221 (Serie I), 4964-4967. Lisboa, Portugal: Ministério da Saúde. Obtido de <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/108/2011/11/17/p/dre/pt/html>

Apêndices

Apêndice 1 Guião das entrevistas

Entrevista sobre o “Contributo das micro, PME e grandes empresas para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau”

Exmo. (a) Senhor(a)

No âmbito da elaboração da Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, cujo objetivo é analisar de que forma as micro, PME e grandes empresas contribuem, economicamente, para o desenvolvimento da Guiné-Bissau no período compreendido entre os últimos 5 anos (2018- 2022), venho solicitar a sua generosa colaboração na resposta à seguinte entrevista.

Para dar o seu contributo e partilhar a sua opinião terá de dar o consentimento para a gravação da entrevista.

Agradeço a sua participação!

Leandro Té

Ministério das Finanças – Total de 5 entrevistas

Objetivos	Direções	Dia da entrevista	Hora de entrevista	Duração da entrevista
Recolher informações de pagamento dos impostos das empresas através do contacto ao Ministério das Finanças	- Direções Gerais de Orçamento			
	- Direção Geral de contribuições e Impostos			
	- Direção de Serviços de Grandes Empresas			
	- Direção de serviços de PME			
	- Coordenação dos Bairros Fiscais			

Dimensão/Temática	Questão
Organização e caracterização do Ministério	Como se encontra organizado o Ministério?
	De que forma caracteriza a estrutura do Ministério?
Impostos	Como se processa o apuramento do imposto a entregar pela empresa ao Estado?
	De que forma a questão cultural se relaciona com o pagamento de impostos por parte das empresas?
Principais contribuidores	Quais são os principais contribuidores para o desenvolvimento?
Principais desafios	Quais os principais desafios que a economia enfrenta?
Pedido da Base de Dados	